

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

JANETE UTZIG

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR E SUA
RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS.**

Rio Grande

2015

JANETE UTZIG

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR E SUA
RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jussara Mantelli

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Rio Grande, Julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI/PPGeo – FURG

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Vieira Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IG/UFRGS)

Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins
Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/PPGeo – FURG)

Prof.^a Dr.^a Carmem Rejane Pacheco Porto
Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/FURG – Campus São Lourenço do Sul) Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Edeimar e Antônia, aos meus irmãos Roberto, Marli e Marcos pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e iluminação para a realização desta pesquisa.

Agradeço a minha família, meus pais Edegar e Antônia pela companhia durante o trabalho de campo e a carona para o deslocamento até as propriedades.

Aos meus irmãos Roberto, Marli e Marcos por acreditarem em mim sempre.

Agradeço a minha Orientadora Professora Dr^a. Jussara Mantelli, por tudo. Obrigada!

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da FURG.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

A todos os meus colegas do mestrado.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Arca.

Agradeço ao Gerente da Unidade da Cooperativa Lar em Matelândia, e aos funcionários pela receptividade e disponibilidade para com a pesquisa.

A todos os agricultores familiares associados que participaram das entrevistas, pelas contribuições para o enriquecimento da pesquisa.

Agradeço a todos que me acompanharam nesta trajetória e contribuíram para esta pesquisa.

Obrigada!

RESUMO

Este estudo aborda a agricultura familiar do Município de Matelândia no estado do Paraná, representada pelos agricultores familiares associados à Cooperativa Agroindustrial Lar que iniciou suas atividades na década de 1960 e atualmente atua na agroindustrialização e comercialização da produção agropecuária de seus associados e na prestação de serviço. A pesquisa teve como principal objetivo a análise da relação dos agricultores familiares com a cooperativa, relações comerciais, assistência técnica, e o envolvimento dos agricultores associados nas atividades sociais da cooperativa. As atividades agropecuárias são a base da economia do município e são desenvolvidas desde o início do processo de colonização durante a década de 1950. O envolvimento da família acontece em todas as fases da produção, contribuindo para a permanência das pessoas no meio rural, onde se produz alimentos, gerando emprego e renda. Os agricultores familiares do município desenvolvem atividades agropecuárias diversificadas, apesar de o vínculo com a Cooperativa se representar principalmente pela integração da suinocultura, avicultura de corte e ovos de postura. Os agricultores associados consideram positiva a integração com a cooperativa para a continuidade na agricultura familiar.

Palavras-chave: Município de Matelândia, Agricultura Familiar, Cooperativa Agroindustrial, Produção Agropecuária.

ABSTRACT

This study is about the family-based agriculture in the Matelandia County, in Parana state, Brazil, represented by the family-based farmers, who are members of the “Lar” Agro-industrial Cooperative which started off in 1960, and is at present on the agro-industrialization and the selling of its farming products of their members, as well as service supplying. This research aims at analyzing the relationship between home-based farmers and the Cooperative, business relations, technical assistance, and how involved the member-farmers are in the Cooperative social activities. The farming business is the economical basis of the city, and has been growing since the beginning of the colonization process in the 1950’s. Family involvement is on all the production stages, making it possible to keep the people in the rural environment, where food is produced, creating jobs and income. The county family-based farmers develop a wide range of farming businesses, in spite of the Cooperative connection be mainly represented by the integration of pig-farming, broiler-poultry industry, and egg-laying. The member-farmers find positive the integration to the Cooperative for keeping up with the family-based agriculture.

Keywords: Matelandia County, Family-based Agriculture, Agro-industrial Cooperative, Farming Production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Silos para a armazenagem da silagem feita a partir do milho.....	80
Figura 2 – Lavoura de soja em fase inicial de crescimento.....	81
Figura 3 – Infraestrutura dos estábulos.....	82
Figura 4 – Alimentação dos animais.	83
Figura 5 – Bovinos confinados.....	83
Figura 6 – Plantio de grama para produção de feno e criação de ovelhas.....	84
Figura 7 – Produção para o consumo interno.....	85
Figura 8 – Área interna do aviário, frangos de corte alojados.....	86
Figura 9 – Área externa dos aviários de frango de corte.....	87
Figura 10 – Incorporação de novas exigências.....	87
Figura 11 – Sistemas de refrigeração e aquecimento dos aviários.....	88
Figura 12 – Aviários de postura.	89
Figura 13 – Aviário de postura automatizado.	89
Figura 14 – Produção de ovos.	90
Figura 15 – Instalações das granjas de suínos.....	91
Figura 16 – Preparação da granja para receber o próximo lote.....	91
Figura 17 – Local de armazenagem do esterco de suínos.	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Forma de aquisição da propriedade.....	75
Gráfico 2 – Tamanho das propriedades (ha) dos agricultores familiares associados à Lar.....	75
Gráfico 3 – Mão de obra utilizada nas propriedades.....	76
Gráfico 4 – Atividades desenvolvidas pelos associados entrevistados.....	79
Gráfico 5 – Acesso a financiamentos.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Estado do Paraná.	41
Mapa 2 – Localização da Mesorregião Oeste Paranaense e suas Microrregiões.	48
Mapa 3 – Localização do Município de Matelândia, Pr.	56
Mapa 4 – Localização das Cooperativas Agroindustriais na Mesorregião Oeste Paranaense.	65
Mapa 5 – Localização das Cooperativas Agroindustriais do Sistema Cooperativo.	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola no Município de Matelândia – 2012.....	60
TABELA 2 – Efetivo da pecuária e aves no Município de Matelândia – 2012.....	61
TABELA 3 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor no Município de Matelândia – 2006.....	61
TABELA 4 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas no Município de Matelândia – 2006.....	62
TABELA 5 – Número de estabelecimentos por estrato de área em (ha) no município de Matelândia – PR.	62
TABELA 6 – Produção de origem animal do Município de Matelândia – 2012.....	63
TABELA 7 – Número de associados por unidade – Lar, 2011.....	70
TABELA 8 – Estrutura fundiária dos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Renda mensal.....	77
Quadro 2 – Tempo de associação a Cooperativa Agroindustrial Lar.....	93
Quadro 3 – Principais motivos para os agricultores se associar à Cooperativa.	94
Quadro 4 – Motivos da participação nas reuniões da Cooperativa.	95

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional
C. VALE – Cooperativa Mista Agrícola Vale do Piquiri
CAI – Complexo Agroindustrial
CAIs – Complexos Agroindustriais
COMASIL – Cooperativa Mista Agrícola Sipal LTDA
COOPERLAC – Cooperativa Agroindustrial – Primato
COPACOL – Cooperativa Agrícola Consolata
COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril
COTREFAL – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
FRIMESA – Frimesa Cooperativa Central
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MARIPÁ – Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.
NPK – Nitrogênio; Fósforo; Potássio
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
UPLs – Unidade Produtora de Leitões
UIA – Unidade Industrial de Aves
VAF – Valor Adicionado Fiscal
VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema de Pesquisa	17
1.2 Justificativa.....	17
1.3 Objetivos.....	17
1.4 Metodologia.....	18
1.5 Referencial Teórico	26
CAPÍTULO 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	40
2.1 O Estado do Paraná	40
2.2 A Mesorregião Oeste Paranaense	47
2.3 Características do Município de Matelândia	56
CAPÍTULO 3 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS	64
3.1 As Cooperativas Agroindustriais da Mesorregião Oeste Paranaense.....	64
3.2 Frimesa Cooperativa Central	66
3.3 Cooperativa Agroindustrial Lar.....	68
CAPÍTULO 4 OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR E SUA RELAÇÃO COM A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR.	72
4.1 Descendência dos agricultores familiares entrevistados.	72
4.2 Escolaridade da família dos agricultores familiares entrevistados.....	73
4.3 Propriedade da terra e estrutura fundiária.....	74
4.4 Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias.	76
4.5 Renda dos agricultores entrevistados.	77
4.6 Atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores.....	78
4.7 Integração dos agricultores com a Cooperativa Lar.	85
4.8 Associação a Cooperativa Agroindustrial Lar.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	106
APÊNDICES	

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do entendimento da importância da agricultura familiar para o país. O recorte é a agricultura familiar no Município de Matelândia no estado do Paraná, representada por famílias de agricultores associados à Cooperativa Agroindustrial Lar, cuja sede localiza-se no município de Medianeira. Esta cooperativa possui unidades em diferentes municípios, inclusive em Matelândia, unidade espacial selecionada para o estudo.

A Cooperativa Agroindustrial Lar iniciou suas atividades na década de 1960, e neste período, atuava no município de Missal, com o nome de Comasil, que recebia e comercializava a produção agrícola de seus primeiros associados. A partir da década de 1970, houve mudanças no sistema das cooperativas no Estado do Paraná, e a sede da cooperativa foi transferida para o município de Medianeira; também houve a mudança do nome da cooperativa para Cotrefal. Em 2001 houve novamente a troca da razão social para Cooperativa Agroindustrial Lar. Na década de 1980 a cooperativa iniciou as atividades de industrialização dos grãos de soja, para transformar em óleo e logo após, a fabricação de ração. Desde então, a Cooperativa Lar vem realizando investimentos na área industrial, diversificando assim as suas atividades.

Os municípios que compõem a Mesorregião Oeste Paranaense são essencialmente agrícolas e possuem propriedades de pequenas dimensões. Porém existem municípios com propriedades de extensas áreas, destinadas à produção em grande escala. Além da produção agropecuária oriunda principalmente das grandes propriedades (produção de grãos, pecuária, suinocultura, avicultura), destinada à exportação, a produção das pequenas e médias propriedades encontra-se inserida nas agroindústrias do município e de seu entorno. Mas a partir da inclusão das pequenas propriedades no sistema de integração com as cooperativas agroindustriais, a produção das pequenas propriedades também está inserida no contexto das exportações, pois na área de abrangência da Cooperativa Lar a produção agropecuária é diversificada, para incentivar a permanência do agricultor familiar no meio rural e nas atividades agrícolas.

A presença da agricultura familiar no município favoreceu a instalação de indústrias ligadas ao beneficiamento da produção agrícola originando o complexo agroindustrial (CAI), alterando o padrão e as formas de produção, bem como as características da organização do trabalho.

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos e teve como objetivo analisar as relações (comercial, assistência técnica, participação na cooperativa, etc.) dos agricultores familiares com a Cooperativa Agroindustrial Lar, e é motivada pela importância que a agricultura familiar representa no contexto municipal, pois a mesma mantém as pessoas no campo, além de produzir alimentos, sendo as pequenas propriedades responsáveis pelo abastecimento do mercado interno local.

No primeiro capítulo é feita a introdução ao tema, a problemática e justificativa. Constam neste capítulo os objetivos, a metodologia e o referencial teórico.

O capítulo dois aborda a contextualização histórica do Estado do Paraná, resgatando a história de ocupação do Estado, além de caracterizá-lo em seus aspectos físico-naturais e socioeconômicos, bem como as características da mesorregião oeste paranaense, e do município de Matelândia, recorte espacial da pesquisa.

No capítulo três é feita uma abordagem sobre as cooperativas agroindustriais localizada na Mesorregião Oeste Paranaense. Entretanto, neste capítulo são mencionadas somente duas cooperativas: a Cooperativa Agroindustrial Lar, delimitada para esta pesquisa e a Frimesa Cooperativa Central, pois apesar de os agricultores não serem associados diretos a essa cooperativa, ela industrializa a matéria-prima que é fornecida pelas cinco outras cooperativas filiadas a ela, inclusive a Lar.

O capítulo quatro traz a análise e interpretação dos dados levantados durante o trabalho de campo e das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os agricultores familiares do município de Matelândia, associados à Cooperativa Lar.

Por fim, nas considerações finais são expostas as reflexões sobre a pesquisa e a avaliação da mesma em relação ao alcance dos objetivos propostos.

1.1 Problema de Pesquisa

A problemática da pesquisa consiste em verificar se para os agricultores familiares do município de Matelândia, PR a associação a Cooperativa Agroindustrial Lar e a integração das atividades agropecuárias se constituem em alternativas para a continuidade da agricultura familiar e a permanência dos agricultores no meio rural do município.

1.2 Justificativa

A agricultura familiar adquire importância no contexto nacional, regional e local, e assume múltiplas funções, desde produtora de alimentos, empregos na área rural, fornecedora de matéria prima para a indústria, entre outras. Neste contexto, a agricultura familiar do município de Matelândia se insere no mercado e justifica a presente pesquisa. Salienta-se, que o estudo é delimitado pelos agricultores familiares associados à Cooperativa Agroindustrial Lar, com sede no município de Medianeira.

É importante considerar que a relação da agricultura familiar com as cooperativas agroindustriais excede os limites político-administrativos do município de Matelândia, unidade espacial definida nesta pesquisa.

1.3 Objetivos

a) Objetivo Geral

Analisar a agricultura familiar do Município de Matelândia e sua relação com as Cooperativas Agroindustriais da Mesorregião Oeste Paranaense, especificamente com a Cooperativa Agroindustrial Lar.

b) Objetivos Específicos

- Caracterizar a agricultura familiar no Município de Matelândia;
- Identificar as principais cooperativas agroindustriais presentes na Mesorregião Oeste Paranaense;
 - Relacionar as atividades da agricultura familiar com a Cooperativa Agroindustrial Lar;
 - Entender as relações de trabalho dos agricultores familiares associados com a Cooperativa;
 - Verificar a viabilidade de o agricultor ser associado da Cooperativa.

1.4 Metodologia

A produção do conhecimento científico data desde as primeiras formas de organização social até a sociedade atual caracterizada pela tentativa de entendimento e explicação da natureza e na tentativa do homem de compreender a si mesmo. (ANDERY, 1988). De acordo com a autora, existe a procura por formulações de leis que permitam à atuação humana o conhecimento produzido em diferentes momentos da história, desvendar o desconhecido e buscar nas leis gerais fundamentadas que regem os fenômenos as explicações racionais da realidade. (ANDERY, 1988).

Segundo Gianfaldoni e Moroz (2006) o conhecimento científico pode ser considerado como uma expressão das atividades humanas, devido ao nível de complexidade de conhecimento sobre o mundo produzido e alcançado, com a formulação de leis e teorias. Assim a elaboração do conhecimento científico tem por objetivo a procura de respostas e explicações sobre a realidade.

Observa que para Gil (1987) pesquisar é um processo “formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, sendo que seu objetivo “é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. (GIL, 1987, p. 43). Segundo o autor define-se “método como o caminho para se chegar a determinado fim”, ou seja, como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” Ainda citando o mesmo autor, o objetivo da ciência é chegar à veracidade dos fatos, o conhecimento científico tem a verificabilidade como característica principal e para considerar

o conhecimento científico é preciso “identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação”. (GIL, 1987, p. 27). Neste sentido é a determinação do método que possibilita chegar a esse conhecimento.

Neste contexto: “o método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos prescritos para construir conhecimento científico”. (ANDERY, 1988, p. 16). Segundo a autora, não há um único método e este nem permanece o mesmo, pois todo processo reflete condições históricas concretas. Assim, o método científico é historicamente determinado, sendo compreendido dessa forma, é o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, interferindo ao mesmo tempo nelas.

De acordo com Pessôa (2012), a geografia contribuiu para desvendar a realidade ao longo de sua trajetória. Os conceitos e categorias são resgatados e colocados em discussão, formulados para que a ciência geográfica não seja vista somente através da observação e descrição, e sim por outras técnicas de pesquisas utilizadas de outras áreas do conhecimento.

Venturi, (2005) salienta que o fazer está vinculado a um processo de pesquisa regido por um método, evidenciando-se em um trabalho científico, caso contrário, desvinculado do método, caracteriza-se por ser um trabalho técnico. Ressalta-se que em um trabalho científico a obtenção de dados está conectada a um objetivo, a uma problemática preestabelecida, sendo esta, a condição básica para que os dados possam atribuir objetividade ao trabalho científico. Dessa forma, um trabalho científico que faz uso das técnicas, produz um conhecimento com caráter empírico, baseado nas observações dos fatos, no uso dos sentidos, na prática e na vivência de situações reais. De qualquer forma o cientista não pode abrir mão do método, pois o mesmo deve fazer parte do processo de organização mental do seu raciocínio. (VENTURI, 2005).

Para Eyles (1998) o objetivo da investigação qualitativa é de descobrir a natureza do mundo social, mediante a compreensão de como as pessoas atuam e dão sentido a sua vida. Para o autor a pesquisa qualitativa está articulada com os enfoques teóricos e proporciona uma maneira mais concreta de entender o mundo social.

Matos e Pessôa (2009) salientam que a pesquisa qualitativa tem raízes nos estudos da antropologia e da sociologia, e segundo Godoy (1995), os estudos qualitativos difundiram-se

a partir da segunda metade do século XX, que além da antropologia e sociologia, houve a incorporação dos estudos da geografia, psicologia e administração, assumindo no campo das ciências sociais, diferentes significados. Ainda para as primeiras autoras, as diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa são em virtude de questões teórico-metodológicas. Enquanto os estudos qualitativos podem ser direcionados durante o desenvolvimento, a pesquisa quantitativa estabelece um plano de rigidez; os seus métodos de coleta de dados são relacionados com a quantificação, já na qualitativa os métodos para a coleta de dados auxiliam na interpretação do fenômeno.

A escolha entre a pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser feita a partir dos objetivos que se deseja alcançar, isto é, em benefício da pesquisa e não do pesquisador. Desse modo, para estudos complexos que não exigem a quantificação é mais pertinente o uso da pesquisa qualitativa que, por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282).

Para Chizzotti (2003) a pesquisa qualitativa hoje abrange um campo transdisciplinar e envolve as ciências humanas e sociais, em que suas características estão centralizadas no reconhecimento dos atores sociais como sujeitos, que produzem conhecimento e práticas.

A pesquisa qualitativa de acordo com Denzin e Lincoln (2006) emprega diversos métodos com diversos significados. Por isso, embora a pesquisa qualitativa seja complexa, esse conjunto de práticas envolve a multiplicidade de métodos e descobertas, as quais permitem diversas interpretações, os autores citam Nelson e colaboradores, 1992, dessa forma:

A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contra disciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas. A pesquisa qualitativa adota duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é atraída a concepções da experiência humana e de sua análise mais restritas à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista. Além disso, essas tensões podem ser combinadas no mesmo projeto, com a aplicação tanto das perspectivas pós-moderna e naturalista

quanto das perspectivas crítica e humanista. (Nelson e colaboradores, 1992. p.4 apud DENZIN; LINCOLN, 2006. p.21).

Pessôa (2012) destaca a importância tanto da pesquisa quantitativa quanto qualitativa como recursos de análise, elas não se excluem, cabe ao pesquisador a definição de qual técnica (instrumentos) será utilizada para responder as questões da pesquisa. Ressalta-se que o pesquisador deve definir qual o método e a metodologia, assim conforme dito antes o método é caminho a ser percorrido e frisado por Matos e Pessôa “o método é a forma como o pesquisador vê o mundo, embasado em posturas filosóficas, e como utiliza o corpo de conceitos de uma ciência, na relação estabelecida com o objetivo de estudo”. De acordo com as autoras a metodologia “é o conjunto de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, ajustada de acordo com os objetivos e a problemática”. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282).

Matos e Pessôa (2009) ressaltam que a escolha entre a pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser feita a partir dos objetivos que se deseja alcançar, isto é, em benefício da pesquisa, desse modo:

(...) para estudos complexos que não exigem a quantificação é mais pertinente o uso da pesquisa qualitativa que, por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises. (MATOS; PESSÔA, 2009, p.282).

Godoy mostra que a pesquisa qualitativa “ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes”. A autora salienta que a pesquisa qualitativa parte de questões amplas e que no decorrer da investigação elas se tornam mais claras assim, “o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos”. (GODOY, 1995, p. 21).

Segundo Bauer et. al. (2008), não há quantificação sem qualificação, sendo necessário ter noção das distintas categorias sociais. Além disso, não há análise estatística sem interpretação, sendo incorreto afirmar que a pesquisa qualitativa possui o monopólio de interpretação e que a pesquisa quantitativa chega a conclusões quase que automaticamente.

Gil (1987) considera o marco teórico da pesquisa a formulação do problema, a construção da hipótese ou dos objetivos, salientando a necessidade de se fazer um delineamento da pesquisa, em outras palavras, refere-se ao planejamento da pesquisa, que assume a forma de uma “estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias para fazê-lo”. (GIL, 1987, p. 70), esse planejamento envolve a dimensão mais ampla, a análise e a interpretação dos dados.

Em uma pesquisa qualitativa várias são as técnicas utilizadas: a entrevista, a observação participante e não participante, a pesquisa ação, entre outras. De acordo com Matos e Pessôa (2009) nas ciências sociais a entrevista é uma técnica muito utilizada, as autoras destacam dois pontos importantes para a explicação, primeiro – por ser considerada uma técnica fácil, e segundo – permite o contato direto com o entrevistado. De acordo com Gil (1987) a entrevista é um dialogo, em que uma das partes (entrevistador), busca dados, e a outra parte (entrevistado) fornece as informações ao pesquisador. O autor define entrevista como sendo: “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessem a investigação”.(GIL, 1987, p. 113).

Para esclarecer à organização das propriedades dos agricultores familiares, quanto as atividades agrícolas e pecuárias realizou-se o trabalho de campo para obter os dados diretos, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, orientadas por um roteiro de entrevista (Apêndice 1), com os agricultores familiares selecionados e com os responsáveis das respectivas Cooperativas Lar (Apêndice 2) e Frimesa (Apêndice 3). Conforme Matos e Pessôa (2009) as entrevistas semi-estruturadas se constituem:

(...) na interação entre perguntas abertas e fechadas (que são previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea, sendo recomendada, pois, possibilita a obtenção de mais informações além das previstas. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 288).

Acredita-se assim que esta metodologia traz contribuições significativas nem sempre obtidas quando da realização de perguntas diretas e estruturadas.

De acordo com Venturi (2011) para realizar uma entrevista, é necessária uma preparação, fazer um roteiro de entrevista. Um roteiro elaborado estabelece um objetivo que norteará a entrevista. A entrevista é objetiva e subjetiva, e apresenta certa flexibilidade,

segundo o autor o roteiro deve-se composto de questões relativamente abertas. É fundamental tomar conhecimento prévio do assunto e do entrevistado, isto pode ser útil, pois manterá a qualidade das questões e da entrevista. Outro aspecto importante é o encadeamento das questões, ou seja, uma questão deve conduzir a próxima, assim como o nível de complexidade deve ser gradual.

O autor destaca que além do um bom roteiro de entrevista, existem outros instrumentos que dão apoio a entrevista, entre eles: a câmera fotografia, gravador, bloco de anotações, caneta, etc.. Além disso, a boa condução da entrevista faz toda a diferença, por isso a preparação é fundamental para que não se perca o fio condutor, nem a flexibilidade da entrevista. Após deve-se realizar a transcrição da entrevista e as interpretações e conclusões advindas do material da entrevista com responsabilidade total do pesquisador. (VENTURI, 2011).

Segundo Matos e Pessôa (2009) a entrevista deve ser coerente com a problemática, e os objetivos da pesquisa, e cabe ao pesquisador escolher a forma de entrevista que se deseja aplicar e também o processo de seleção dos entrevistados. As autoras salientam que na pesquisa qualitativa a interpretação é uma característica relevante e a capacidade do pesquisador articular teoria e prática é fundamental. Neste sentido, para Matos e Pessôa (2009), o trabalho de campo e a escolha dos recursos a serem utilizados para a coleta de dados como parte integrante da pesquisa são indispensáveis.

Suertegaray (2002) também considera o trabalho de campo um tema importante na Geografia, embora não seja exclusivo da Pesquisa em Geografia, pois diversas áreas do conhecimento utilizam-se do trabalho de campo e assim a discussão sobre o assunto é pertinente. De acordo com a autora:

Este procedimento como sabe, não é exclusivo da pesquisa em Geografia, dele se apossam as mais diferentes áreas do conhecimento, sejam classificadas como exatas, da terra ou social. No entanto, consideramos necessário resgatar a discussão sob a óptica da produção do conhecimento, esta sem dúvida já iniciada. Desnecessário seria falar da fundamental importância do trabalho de campo na pesquisa geográfica. (SUERTEGARAY, 2002, p. 64).

De acordo com Suertegaray (2002) o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, faz parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Desse modo, na pesquisa qualitativa é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com o objeto estudado e articulado com uma postura teórica metodológica para decifrar os fenômenos. De acordo com Pessoa (2012) a ciência é dinâmica e está sempre em processo de mudança à procura de novos resultados.

Portanto, quando o pesquisador apresenta os resultados da pesquisa à sociedade, a pesquisa se mostra como importante instrumento de disseminação do conhecimento científico. Assim de acordo com Pessoa (2012) os resultados da pesquisa contribuem para a compreensão da realidade como se refere a autora:

Por meio dos resultados alcançados, será possível compreender a realidade e se posicionar criticamente frente a ela; propor a transformação da sociedade porque é parte de seu compromisso político; propor discussões e até mesmo soluções para o problema que originou a pesquisa; fazer com que as ideias e conclusões sejam ouvidas por um número significativo de pessoas. (PESSÔA, 2012, p.12).

Para a execução desta pesquisa considerou-se a importância do apoio teórico de autores que tecem reflexões e trabalham os conceitos de Agricultura Familiar e Complexo Agroindustrial (CAI). Em um primeiro momento foi realizada a revisão bibliográfica sobre o tema proposto e o levantamento de dados junto a sites dos órgãos oficiais disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Organização das Cooperativas de Estado do Paraná (OCEPAR), além dos sites oficiais das cooperativas, com objetivo de apresentar as características gerais da agricultura do município de Matelândia e a identificação das cooperativas agroindustriais localizadas na Mesorregião Oeste Paranaense, e que influenciam de maneira direta ou indireta nas atividades agropecuárias do município de Matelândia.

Salienta-se que o recorte espacial da pesquisa foi no âmbito do município e as entrevistas realizaram-se somente com os agricultores familiares associados à Cooperativa Lar, visando entender as relações entre os agricultores familiares do município e a

Cooperativa. Além disso, foi feito um breve levantamento sobre o número de agricultores familiares associados a Lar realizado junto a gerencia da Unidade da Cooperativa em Matelândia.

Foram realizadas entrevistas com 33 agricultores familiares associados à Cooperativa Agroindustrial Lar, do total 540 associados pela unidade de Matelândia. Destes, em torno de 60% são agricultores familiares, ou seja, se enquadram na delimitação da área de até 72 hectares, que possuem área até quatro módulos fiscais. Em Matelândia o módulo fiscal¹ é de 18 hectares com uma produção agropecuária diversificada, característica da agricultura familiar.

A escolha dos agricultores foi realizada de maneira aleatória, objetivando a imparcialidade; ocorreram algumas indicações diretas, mas a intenção da pesquisa era atingir o maior número possível de comunidades rurais do município, para que os dados fossem abrangentes em praticamente toda a localidade. Considerou-se necessária a recomendação dos agricultores para a entrevista, pelo fato de não conhecer a todos e também pela proximidade dos agricultores com a Cooperativa.

Além disso, foram realizadas entrevistas com responsáveis pela Cooperativa, Unidade de Matelândia. Na Frimesa Cooperativa Central também foram colhidas informações pertinentes a pesquisa, a entrevista realizou-se com a responsável pelo setor de fomento da mesma.

As entrevistas com os agricultores familiares associados ocorreram na sede da Unidade da Cooperativa em Matelândia por ser o local mais apropriado para localizar os agricultores e para que as conversas ocorressem de maneira aleatória. O procedimento aconteceu da seguinte forma: os funcionários responsáveis pelo atendimento aos agricultores, representados pelo gerente da Unidade, os agrônomos, e outros funcionários. Durante o atendimento ou enquanto aguardavam, os agricultores eram questionados sobre a pertinência em participar de uma entrevista para a realização de uma pesquisa de mestrado.

¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: a) tipo de exploração predominante no município; b) renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; d) conceito de propriedade familiar (INCRA, 2007).

Aos que aceitaram participar foi apresentada a explicação sobre o trabalho e os objetivos da entrevista. Vale ressaltar que as entrevistas semi-estruturadas ocorreram orientadas por um questionário, porém em algumas delas outros questionamentos apareceram, geralmente partindo dos agricultores.

Além das entrevistas na Unidade da Cooperativa Lar, foram realizadas entrevistas nas propriedades de alguns agricultores por indicação direta do gerente da Unidade da Lar. Alguns agricultores aceitaram conceder a entrevista, mas naquele momento não estavam disponíveis, então foi agendado uma data para realizar a visita em sua propriedade. E ainda, em algumas propriedades houve o convite por parte dos agricultores para a visita. Observa-se aqui, a receptividade em relação à pesquisa e a disponibilidade em responder aos questionamentos.

Durante as visitas nas propriedades foi possível conhecer um pouco mais sobre o dia-a-dia dos agricultores e ainda fazer o registro fotográfico. Após as entrevistas realizou-se a organização dos dados e a análise qualitativa /quantitativa dos mesmos. As entrevistas foram baseadas em questões relativas à procedência da família, descendência, escolaridade e número de filhos; sobre a organização da propriedade, trabalho e atividades agropecuárias desenvolvidas. Além disso, foi abordado nas entrevistas como é a relação dos agricultores com a cooperativa, englobando a comercialização e entrega dos produtos, os benefícios aos associados, transporte, assistência técnica, o envolvimento dos agricultores associados nas atividades sociais da cooperativa.

Considerou-se a metodologia adequada, pois permitiu alcançar os objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa.

1.5 Referencial Teórico

Para o embasamento teórico desta pesquisa, foram utilizados alguns conceitos considerados importantes para o entendimento da dinâmica da agricultura familiar do

município de Matelândia. Entre eles será considerado: Agricultura familiar²; Complexo Agroindustrial (CAI) e agroindústria.

O modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão. A direção do processo produtivo é conduzida pelos proprietários e pelo trabalho realizado pelos membros da família. Ressalta-se a importância do conhecimento tradicional com ênfase na diversificação produtiva e na preservação dos recursos naturais, assim como na qualidade de vida dos que trabalham. A agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade da agricultura, que além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece a ocupação da mão de obra no espaço rural evitando o êxodo rural. Por isso, é fundamental incentivar e fortalecer a agricultura familiar com políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da pequena propriedade.

A LEI Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Lamarche caracteriza a agricultura familiar como:

(...) a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1997, p. 15).

² Levou-se em consideração nesta pesquisa a atribuição do conceito de agricultura familiar a partir da Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Esclarecendo que nesta pesquisa não referenciados as outras formas de agricultura.

Ainda de acordo com Wanderley (2009):

O conceito de agricultura familiar é entendido como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2009, p. 156).

O conceito de agricultura familiar começa a ser usado com maior ênfase na literatura, a partir dos anos 1990, onde o predomínio do trabalho é familiar no estabelecimento agropecuário e existe correlação entre gestão e trabalho além de posse total ou parcial dos meios de produção. A presença de sistemas de produção mais diversificados, de renda agrícola monetária e de autoconsumo, além da pluriatividade são características complementares à agricultura familiar. Ao longo do tempo a agricultura familiar procura se adaptar aos novos tempos e as transformações, com a inserção de tecnologias e aos novos modelos de vida, caracterizando como os agricultores modernos, que romperam com formas anteriores. Outros enfrentam as dificuldades impostas pelo sistema capitalista e adaptam a sua atividade, não mudam o seu estilo de vida, mantendo as suas raízes e continuam a produzir o seu sustento e, com a comercialização do excedente, garantem a geração de renda para as famílias. (ALTAFIN, 2007, WANDERLEY, 2001).

A agricultura familiar é considerada um conceito genérico de acordo com Hugues Lamarche (1997) e Maria Nazareth Wanderley (2001), pois incorpora múltiplas situações específicas. Wanderley (2001) considera o agricultor brasileiro moderno e inserido no mercado, entretanto guarda ainda muitos de seus traços camponeses, isto porque muitas vezes o produtor enfrenta dificuldades e sem o apoio das políticas públicas governamentais. Em 1996, o governo lançou o programa de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) afirmando a agricultura familiar no contexto político/econômico.

Para os agricultores familiares, o PRONAF se constitui em uma das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar de apoio ao desenvolvimento rural, visando o seu fortalecimento para gerar postos de trabalho e renda; é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. (MDA, 2014).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o programa promove o crédito agrícola de apoio aos pequenos agricultores que se encontram em dificuldades. Além disso, para compreender e conhecer as especificidades dos processos que envolvem a dinâmica do desenvolvimento sustentável é importante ir além das bases teóricas características da produção familiar, sendo de fundamental importância valorizar o conhecimento dos agricultores. (MDA, 2014).

A agricultura familiar tem um papel fundamental na dinâmica socioeconômica, contribuindo para a garantia da segurança alimentar possibilitando o acesso aos alimentos. Ela assume múltiplas funções com capacidade produtiva, contribuindo para o abastecimento do País embora ainda tenha dificuldades de acesso a terra, isso por que historicamente a agricultura sempre esteve à margem das grandes propriedades. No Brasil, para a agricultura patronal são asseguradas as melhores áreas, e as culturas são voltadas para o agronegócio, a monocultura para a exportação. Entretanto os pequenos estabelecimentos são responsáveis por postos de trabalho no meio rural, melhorando socialmente a situação de quem vive da agricultura, pois além do trabalho, as pessoas têm o acesso a alimentos de qualidade. A produção agrícola também serve para o consumo e a comercialização do excedente, gera renda para a família. A agricultura familiar valoriza a diversidade e a gestão familiar, além disso, a valorização da agricultura familiar traz novas oportunidades de trabalho no meio rural, valorizando o desenvolvimento local. Nesse contexto:

(...) a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, [...], o modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e a agricultura familiar tem papel de destaque. (ALTAFIN, 2007, p. 17).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar pode representar mais de 80% das propriedades rurais da América Latina e do Caribe, mais de 60% da produção total de alimentos e de terras agrícolas, e em 70% do emprego agrícola. (FAO, 2012). A agricultura familiar além de sua importância como fornecedora de alimentos para as cidades, geradora de emprego agrícola e fonte de renda para a agricultura familiar mais pobre, contribui para o desenvolvimento regional equilibrado e comunidades rurais. (FAO, 2012).

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, o último levantamento em nível nacional do IBGE, que considera as variáveis de estrutura fundiária no Brasil, existe mais de quatro milhões de estabelecimentos envolvidos na agricultura familiar que fornecem entre 16% a 87% dos alimentos no País. Este segmento responde por 84% das propriedades rurais no país, ocupando uma área total de 80,25 milhões de hectares, 24% da área total dedicada à agricultura. Além disso, este setor fornece 38% do valor bruto da produção agrícola total, 54 milhões de reais em 2006. Assim, no caso do Brasil, a agricultura familiar emprega 74,4% da mão de obra disponível para a agricultura, o que revela a importância deste setor na geração de emprego.

A agricultura familiar tem um papel estratégico no combate à fome, contribuindo para garantir a soberania alimentar do País, dessa forma, a agricultura familiar demonstra ser uma alternativa que deve receber investimentos e ser fortalecida para que seus objetivos sejam atingidos. O meio rural brasileiro precisa ampliar o acesso a políticas públicas de crédito, para a terra, a saúde, a educação.

Os agricultores adotam estratégias para desenvolver a sua produção baseada na valorização dos recursos disponíveis na propriedade familiar, destinados a assegurar a sobrevivência da família, desta maneira os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e o que aprenderam ao longo do tempo. (WANDERLEY, 2001).

Neste contexto, Hugues Lamarche (1997), refere-se à “conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural”. (LAMARCHE, 1997, p. 19). Segundo o autor na dinâmica de exploração familiar as decisões tomadas são analisadas e resultam de duas forças “uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos no porvir”. (LAMARCHE, 1997, p. 19).

Os agricultores familiares trazem consigo as experiências vividas através das gerações e os conhecimentos adquiridos fazem parte da sua história de vida e são transmitidos aos descendentes, os quais visam um futuro melhor aliados a uma produção sustentável, em que seja possível a sobrevivência da família garantindo-lhes a reprodução enquanto atores sociais. Lamarche (1997), afirma que a agricultura difere da maioria dos setores da produção, pois a relação familiar está ligada a produção e a família possui a capacidade de apropriação dos meios de produção e possibilidade de se desenvolver. Assim a combinação entre propriedade

e trabalho com gestão familiar assume a diversidade de formas sociais onde o sistema produção-trabalho, tem conseqüências economicamente e socialmente, (WANDERLEY, 2001). Como afirma Lamarche (1997), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”. (LAMARCHE, 1997, p. 18).

Nesse sentido analisa-se a agricultura como fazendo parte de um contexto mais amplo de relações com setores eminentemente urbanos como é o caso das agroindústrias. Assim, o complexo agroindustrial assume a forma unificada das relações dos ciclos econômicos entre as esferas da produção, distribuição e consumo que estão relacionadas às atividades agrárias.

As modificações ocorridas em meados da década de sessenta nas relações entre a indústria e a agricultura no Brasil, resultaram em um novo padrão agrícola brasileiro, caracterizado pela inserção de tecnologias na agricultura (MÜLLER, 1989), dando início ao processo de modernização da agricultura brasileira. Segundo Mazzali (2000), o novo padrão de produção agrícola é caracterizado “pela intensificação das relações agricultura/indústria e por alterações significativas nas relações sociais”. (MAZZALI, 2000, p. 17). De acordo com Müller, a maioria das indústrias do país deixou de lado o caráter artesanal-manufatureiro, destinando investimentos em aperfeiçoamento de suas plantas. Essas mudanças refletiram também na formas de produção, organização e da comercialização da agricultura, passando a uma agricultura moderna e consumidora de insumos industriais. (MÜLLER, 1989).

Segundo Silva (1996), o termo “modernização” é utilizado de forma ampla e refere-se às transformações na base técnica, como também a passagem da agricultura que utiliza insumos naturais para uma cultura dependente de insumos industriais e máquinas, e o termo é caracterizado “pela transformação na base técnica da produção agropecuária” principalmente no período pós-guerra. De acordo com o mesmo autor, o processo de modernização caracterizado pela mudança na base técnica “culmina na industrialização da agricultura” (SILVA, 1996, p. 19) dessa forma a industrialização não representa somente as mudanças nas relações do homem com a natureza, mas também nas relações sociais de produção e com os instrumentos de trabalho.

Silva (1981) considera a agricultura industrializada subordinada ao capital, e:

(...) torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial, [...] a agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital

em geral e, de modo particular do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas. (SILVA, 1981, p. 44).

Para Delgado (1985), a modernização agropecuária é caracterizada pelo elevado número de tratores e insumos (NPK). Esse incremento aconteceu através das importações que atendiam a necessidade desses insumos e maquinários no País, processo esse, que foi estimulado e facilitado pelo governo junto às empresas norte-americanas, basicamente na década de 1950. Nesta década houve a implantação das primeiras indústrias de tratores no Brasil.

Dessa forma, a dinâmica da agricultura será determinada pelo padrão de acumulação de capital, representado pelo desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Segundo Müller o processo de integração indústria e agricultura foram financiados pelo Estado através de incentivos e subsídios, e com o apoio das grandes empresas, de acordo o autor “a produção agrária não se acha apenas nas dependências das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados”. (MÜLLER, 1989, p.18).

Este processo de integração indústria-agricultura pode ser designado de complexo agroindustrial, definido por Müller como:

(...) conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MÜLLER, 1989. p. 45).

Neste sentido o complexo agroindustrial assume a forma unificada das relações dos ciclos econômicos entre as esferas da produção, distribuição e consumo, estando relacionadas às atividades agrárias. Para Silva (1996), “a agricultura brasileira passou do chamado “complexo rural” para a dinâmica dos “complexos agroindustriais, CAIs”. (SILVA, 1996, p. 1). De acordo com o autor, houve a substituição das atividades econômicas naturais, para as atividades agrícolas integradas à indústria, focada na divisão do trabalho, além da especialização da produção agrícola. Para o autor, o complexo rural encontrava-se ligado ao comércio externo através de um produto valorizado no mercado internacional, as unidades produtoras eram as fazendas e os engenhos/usinas, praticamente auto-suficientes. A

exportação da produção era realizada dentro das possibilidades do produtor, com artesanatos e manufaturas, pois os equipamentos produzidos para a realização do trabalho eram simples e rudimentares. Normalmente o comércio externo estava ligado a um único produto o qual era valorizado no mercado internacional.

Em síntese, de acordo com Müller (1989), como unidade de análise o CAI pode ser “um processo econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais”. (MÜLLER, 1989, p. 46).

A noção de *agribusiness* foi desenvolvida, nos Estados Unidos no trabalho de John Davis e Roy Goldberg na década de 1950 (ZYLBERSTAJN, 2000). Segundo o autor as relações de “dependência entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústria de alimentos e o sistema de distribuição não podem mais ser ignoradas”. (ZYLBERSTAJN, 2000, p. 2). De acordo com Goldberg citado por Zylberstajn entende-se o conceito de *agribusiness* como um sistema complexo, em que:

Um sistema de commodities engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio. (ZYLBERSTAJN, 2000, p. 5).

De acordo com Zylberstajn, (2000), pode-se considerar que a noção de *agribusiness* propicia uma visão sistêmica do processo de relações entre agricultura a indústria, e contempla vários sistemas agroindustriais dos mais diversos produtos oriundos do setor agropecuário. Segundo o autor é simples a operacionalização do conceito e pode ser utilizado de forma imediata pelas corporações e pelo Estado para formular estratégias.

Para Müller em 1989, no estudo sobre o CAI brasileiro, acreditava que deveria ser focado no seu processo histórico de formação. Ressaltava que na década de 1960, os setores industriais no país estavam em consolidação e que ainda não era possível falar em “complexo agroindustrial”; o autor não negava a existência de alguma agroindústria para o beneficiamento de trigo, moinhos, desde a década de 40. De acordo com o autor, não foi por acaso que o termo *agribusiness*, surgiu nos Estados Unidos, e depois nos países

desenvolvidos da Europa, pois, estes países já estavam caracterizados por uma agricultura industrializada, incorporada à dinâmica do capital industrial. (MÜLLER, 1989).

Ainda segundo Müller (1989), a acumulação de capital e as reproduções das relações de produção na agricultura eram generalizadas em técnicas industriais, as quais eram base para o avanço ou bloqueio. Embora no Brasil, a agricultura participe de uma maneira expressiva no produto nacional configurando-o como um País desenvolvido, existe, entretanto uma desigualdade no progresso técnico da agricultura brasileira, que envolve as formas de organização da produção, o acesso ao financiamento e na organização institucional dos interesses sociais relacionados às atividades agrícolas. De acordo com o autor as desigualdades que caracterizavam e ainda caracterizam o campo brasileiro fazem com que a agricultura fique atrelada a dinâmica do capital que inclui (terra, trabalho, bens industriais e organização empresarial), ou seja, a agricultura brasileira está subordinada ao capital financeiro do Estado e submetida à indústria.

Para Müller (1989), a agricultura tem funções como fornecer matérias primas e caracterizar demandas de produtos industriais e assim analisa as relações agricultura-indústria na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas na agricultura. Neste contexto o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais, permitindo a interdependência entre indústria para a agricultura, agricultura e agroindústria. Desta maneira, o CAI é considerado por Müller (1989) como: “uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas.” (MÜLLER, 1989, p. 62). De acordo com o autor a primeira “pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria”. (MÜLLER, 1989, p. 62). É o setor denominado de, a montante da agricultura, pois fornece insumos e bens de capital para a agricultura; e a indústria da agricultura, denominado de setor a jusante da agricultura, a qual é caracterizada pelo processamento da matéria-prima agrícola – agroindústria. Para Guimarães (1982) os setores a montante e a jusante são conjuntos de indústrias, assim “os dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial”. (GUIMARÃES, 1982, p. 134).

Considera-se que nesse processo a agricultura teria perdido o seu antigo caráter autônomo e também a capacidade de decisão dos grupos sociais rurais envolvidos no processo. Müller (1989) destaca as mudanças ocorridas nas atividades agrárias entre as

décadas de sessenta e oitenta quando a agricultura mudou seu modo de produzir, passando do tradicional para o modo moderno, combinado com o uso de insumos e serviços industriais com terra e trabalho. De acordo com o autor as transformações ocorreram no objeto, no processo e nas formas da força de trabalho e também na gestão e controle das unidades de produção. (MÜLLER, 1989).

Outro fator importante que convém destacar é a conexão entre a agricultura e o papel do Estado como agente financeiro, aliado a grandes capitais inclusive internacionais que operam na agricultura, envolvendo não somente a atividade agrícola. Através desta conexão é possível compreender a forma atual da agricultura e a sua estrutura social. Desse modo, “o espaço agrícola é entendido, não como um setor ‘funcionalmente’ ligado aos demais setores da economia, mas integrado à dinâmica do capital industrial e financeiro graças à alteração na base tecnoeconômica”. (MÜLLER, 1989, p. 57).

Delgado (1985) analisa que a agricultura brasileira se modernizou através dos incentivos do Estado e da aplicação de altas tecnologias por parte das indústrias, as quais transformaram a base técnica dos meios de produção. De acordo com o autor houve uma crescente evolução no consumo interno, tanto de insumos (fertilizantes, defensivos, etc.) como de bens de capital (tratores, e outros implementos agrícolas), durante a década de 1960. No final desta década a indústria de tratores atendia a demanda nacional, esta indústria entrou em crise, porque a demanda diminuiu. O mesmo não ocorreu com as indústrias responsáveis pelo processamento de alimentos e matérias-primas (a indústria à jusante da agricultura). Esta se modernizou em graus variáveis e assim a integração da base técnica não ocorreu de maneira uniforme. (DELGADO, 1985).

As políticas de crédito rural com destaque para o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído em meados da década de 1960, para abranger a mercadoria agrícola em geral, assumiu papel importante no financiamento das atividades agropecuárias, devido ao grande número de empréstimos ocorridos na época, impulsionados pelo crescimento do complexo agroindustrial. Müller (1989) também salienta a importância da política de crédito rural, como principal alavanca da industrialização do campo no período em se que visava à alteração no modo de produzir.

Entende-se que o complexo agroindustrial assume a forma unificada das relações dos ciclos econômicos entre as esferas da produção, distribuição e consumo que estão

relacionadas às atividades agrárias. Para Silveira (2007) as transformações ocorridas na agricultura são intensas, ocasionado a especialização de setores agrícolas e industriais. De acordo com o autor as mudanças no setor agrícola foram possibilitadas pela consolidação do complexo agroindustrial (CAI), onde houve a integração de capitais e a industrialização da agricultura, promovendo mudanças da dinâmica da organização das empresas. Salienta-se a adoção do conteúdo técnico – científico e informacional, tanto no setor agrícola como nas empresas, as quais viram a necessidade de mudar suas estratégias, bem como as relações com seus fornecedores de matéria prima, para a continuidade das atividades. (SILVEIRA, 2007).

Além da abordagem da relação indústria/agricultura sob a ótica do complexo agroindustrial é importante salientar, considerando os objetivos desta pesquisa as temáticas relacionadas ao sistema cooperativista/cooperativismo.

Os trabalhadores ingleses buscaram na cooperação solidaria a solução para os problemas econômicos causados pela concentração do capital. (SISTEMA³ OCEPAR), surgindo o cooperativismo, em que “os membros de cooperativas devem crer nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e interesse pelos outros”. O cooperativismo segue alguns princípios os quais norteiam a atuação dos cooperados, considerados os alicerces de todas as cooperativas do mundo. Em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano.

De acordo com o Sistema OCEPAR, o cooperativismo baseia-se nos seguintes princípios:

1º Princípio – Adesão voluntária e livre – As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir, as responsabilidades como cooperados, sem discriminações sociais, raciais, políticas, religiosas ou de gênero.

2º Princípio – Gestão democrática e livre – As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus cooperados, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.

³ O Sistema Ocepar é formado por três sociedades distintas, sem fins lucrativos que, em estreita parceria, se dedicam à representação, fomento, defesa sindical, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses: O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/PR e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – FECCOOPAR. (OCEPAR, 2014).

3º Princípio – Participação econômica dos cooperados – Os cooperados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas.

4º Princípio – Autonomia e independência – As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos cooperados. Em caso de firmarem acordos com outras organizações – incluindo instituições públicas – ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos cooperados e mantenham a autonomia da sociedade. A Constituição Brasileira promulgada em 1988, em seu Art. 5º, Inc. XVIII reforça este princípio básico do cooperativismo ao disciplinar: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

5º Princípio – Educação, formação e informação – As cooperativas promovem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Divulgam os princípios de cooperativismo, e informam a natureza e os benefícios da cooperação para o público em geral, particularmente para os jovens e os líderes de opinião.

6º Princípio – Intercooperação – Para as cooperativas prestarem melhores serviços a seus cooperados e agregarem força ao movimento cooperativo, devem trabalhar em conjunto com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio – Interesse pela comunidade – As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos cooperados.

Sendo assim, o “Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social”. (OCB, 2014). O cooperativismo é baseado em referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. (OCB, 2014). O sistema cooperativo é fundamentado “na reunião de pessoas e não no capital, o mesmo visa atender as necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.” (OCB, 2014).

A entidade que coordena esse movimento nos cinco continentes é a Aliança Cooperativa Internacional, (ACI) sendo valorizada a união entre as cooperativas, criada em 1895 a sede é em Genebra na Suíça. É uma entidade não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, com objetivos voltados a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo. Em 1946 o movimento cooperativista representado pela A.C.I. - Aliança Cooperativa Internacional foi

uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU - Organização das Nações Unidas. (OCB, 2014).

A entidade cooperativa é uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, regulamenta o sistema cooperativista do Brasil. (OCB, 2014). Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil, existem alguns conceitos ligados ao cooperativo, sendo eles:

Cooperar – unir-se a outras pessoas para conjuntamente enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade e bem-estar econômico e social.

Cooperação – método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são todos iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação de cada um.

Sócios – indivíduo, profissional, produtor de qualquer categoria ou atividade econômica que se associa a uma cooperativa para exercer atividade econômica ou adquirir bens de consumo e/ou duráveis.

Segundo a OCB, existem no Brasil, cooperativas em 13 setores da economia, divididas em ramos de representação de sua atividade, as cooperativas são representadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em território nacional e pelas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs). De acordo com a OCB os setores da economia estão representados pelas Cooperativas Agropecuárias, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infra-estrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer e Estatísticas. A Cooperativa Agroindustrial Lar é uma cooperativa agropecuária, caracterizada por:

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social. (OCB, 2014).

As primeiras cooperativas deste setor foram organizadas em Minas Gerais a partir de 1907, com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola. No Sul do Brasil as cooperativas surgiram nas comunidades de origem alemã e italiana, pois os mesmos já possuíam conhecimento sobre o cooperativismo europeu. As cooperativas agropecuárias se dividem, conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. De acordo o Sistema

OCEPAR o cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo o território nacional, o setor agropecuário participa de forma significativa nas exportações e, ao mesmo tempo, no abastecimento do mercado interno de produtos alimentícios.

As cooperativas agropecuárias prestam vários serviços – desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. (Sistema OCEPAR, 2014). Ainda segundo o Sistema OCEPAR, essas cooperativas geralmente cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. As cooperativas agropecuárias brasileiras de grande porte são caracterizadas pela alta tecnologia utilizada em todas as etapas da cadeia produtiva. Existem 81 cooperativas agropecuárias do Paraná as quais são responsáveis por 55% da economia agrícola do Estado e participam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização.

De acordo com o Sistema OCEPAR, aproximadamente de um terço dos produtores rurais do Estado do Paraná são cooperados, salienta-se a expressiva participação dos pequenos e médios produtores – com área de até 50 hectares – nas cooperativas agropecuárias, representando 70% de seu total de cooperados. As cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná exportam atualmente produtos elaborados para cerca de 90 países, gerando receita em torno de dois bilhões de dólares por ano no mercado internacional. (SISTEMA OCEPAR, 2014).

CAPÍTULO 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo serão abordados os aspectos de ocupação do Estado do Paraná e suas características físicas naturais e socioeconômicas. As características da Mesorregião Oeste Paranaense e do município de Matelândia, também se fazem presentes neste capítulo.

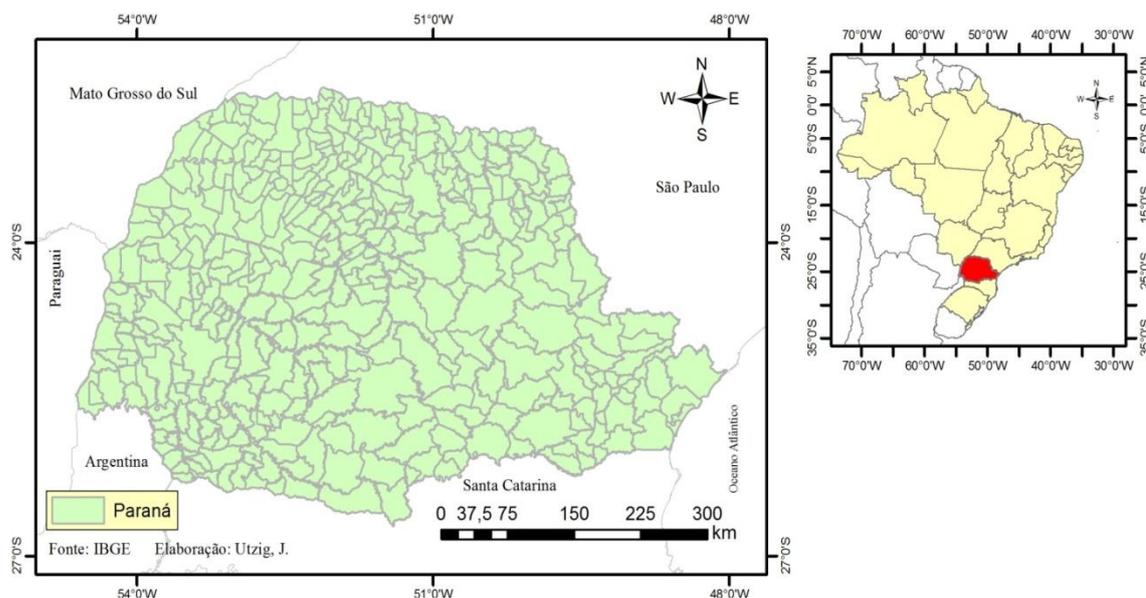
2.1 O Estado do Paraná

O estado do Paraná localiza-se na Grande Região Sul e ocupa uma área de 199.880 Km². O estado do Paraná está dividido em 399 municípios. Faz divisa ao norte e nordeste com o estado de São Paulo; a leste com o Oceano Atlântico; ao sul com o estado de Santa Catarina; a Sudoeste com a Argentina; ao oeste com o Paraguai; ao noroeste com o estado do Mato Grosso do Sul, (mapa 1).

As cidades mais populosas são respectivamente Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu. Segundo o IBGE, a densidade demográfica no estado é de 52,40 hab/km² e a população urbana é de aproximadamente 85,3%. De acordo com o Censo demográfico do IBGE a população em 2010 era de 10.444.526 habitantes e a estimativa para 2014 era de 11.081.692. (IBGE, 2015).

O estado do Paraná é caracterizado por um relevo de terrenos de baixada no litoral, onde predominam as planícies de aluvião, e a existência de planaltos e serras de formações rochosas cristalinas, como a Serra do Mar. Na porção central e oeste, o relevo se divide em três tipos de planaltos distintos. O primeiro planalto onde está localizada a cidade de Curitiba, capital do Estado, e apresenta formações de rochas cristalinas; no segundo predominam as rochas sedimentares, folhetos, arenitos e calcários; e no terceiro planalto, abrange quase 135 mil km² da área total do Estado, encontram-se formações geológicas basálticas que compõem os solos originados de rochas vulcânicas e os solos argilosos de rochas sedimentares. Um total de 53% da área total do Estado encontra-se localizada acima de 600 metros do nível do mar e o seu ponto mais elevado é o pico Paraná, com 1.922 metros de altura. (IPARDES, 2013).

Mapa 1 – Localização do Estado do Paraná.



A cobertura vegetal do Estado é formada por Floresta Tropical representada pela Mata Atlântica na faixa litorânea, Floresta Subtropical vegetação latifoliada, coníferas, cedro e erva-mate, denominada de Florestas das Araucárias e Campo que se estabelece de forma dispersa no território predominando dois tipos, Campos Limpos (9% do território) e Campos Cerrados (cerca de 1% da área estadual). (IPARDES, 2013).

Segundo Maack (2002) para o estado do Paraná, na classificação climática de Koeppen a mesma é delimitada pelas zonas climáticas quanto à temperatura e a precipitação considerando a formação das florestas. Neste caso encontramos os climas Cfa que caracteriza as “regiões de matas tropicais e subtropicais, sendo quente-temperado sempre úmido, no Norte do Paraná” (MAACK, 2002, p.203), caracterizado por ser subtropical úmido, mesotérmico, com verão quente, sem estação seca de inverno definida e geadas menos freqüentes. O clima Cfb abrange “os campos com ilhas e matas de araucária, capões e matas ciliares de córregos e rios, as matas de declive das escarpas e as matas secundárias da região das araucárias do primeiro e segundo planaltos.” (MAACK, 2002, p.203). O tipo Cfb é subtropical úmido, mesotérmico, com verões frescos e geadas severas e freqüentes. De acordo com Maack (2002) o clima Af é caracterizado pela zona climática tropical e corresponde ao litoral do Estado, caracteriza-se por ser um clima tropical chuvoso, sem estação seca e isento de geadas.

O complexo hidrográfico do estado do Paraná é representado pelos rios Paraná, Iguaçu, Ivaí, Tibagi e Piquiri. A bacia hidrográfica do rio Paraná ocupa 183.800 km² no

Estado e apresenta alto potencial energético. A bacia do rio Iguaçu, que nasce próximo a Curitiba e deságua no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, tem alto potencial hidrelétrico. Parte desta energia é gerada pela Usina Hidrelétrica do Itaipu, construída em 1974. O estado do Paraná consome internamente apenas 20% da energia elétrica total produzida em seu território, que representa 25% da produção total no País. (IPARDES, 2013).

As primeiras movimentações de colonizadores no Estado do Paraná tiveram início no século XVI, quando diversas expedições estrangeiras percorreram esta espacialidade à procura de madeira de lei. A colonização espanhola se deu na metade do século XVI, com o objetivo de tornar os índios seus subordinados, deter o avanço dos portugueses e almejar um porto. O Paraná espanhol nasceu em 1557 na foz do rio Piquiri, com o nome de Ciudad Real del Guayrá que, junto com Vila Rica do Espírito Santo, nas margens no Ivaí, tornou-se a Província de Vera ou do Guayrá. De acordo com Wachowicz (2010), existiam dois grupos de índios que habitavam o Estado: os tupis-guaranis e os jês, que se encontravam em um estágio avançado de aculturação. Estes eram os habitantes do Paraná primitivo, mas foi o povo tupi que deu nome ao Estado: Paraná que significa "rio caudaloso", sendo ainda, os que primeiramente entraram em contato como o homem branco. (WACHOWICZ, 2010).

Figueiredo (1937) destaca a importância do Rio Paraná. Segundo o autor:

O rio Paraná é um rio totalmente político. Os seus formadores separam: o primeiro, o Estado de Minas Gerais do de Goyaz e o segundo, o grande Estado montanhês do prospero Estado de São Paulo formando ambos, o rico triangulo mineiro. (FIGUEIREDO, 1937. p.121).

E ainda o autor salienta:

[...] a importância que o [rio] Paraná exerce na historia da America, se perde nas noites do tempo. Era por êle que os castelhanos subiam na ancia louca da ambição, em busca de castelos doirados dos Incas. Ainda por êle desciam os másculos bandeirantes paulistas, á cata do ouro fascinante de Cuiabá, baixando o Tietê e subindo o Pardo (FIGUEIREDO, 1937, p.124).

A coroa espanhola havia determinado que os índios capturados fossem catequizados. Então a pacificação e a conversão indígena ficaram a cargo dos Padres jesuítas da Companhia

de Jesus⁴ que, no ano de 1610, fundaram os primeiros núcleos indígenas. Estes núcleos eram as reduções jesuíticas, que após vários conflitos foram destruídas.

A colonização portuguesa no Estado do Paraná teve suas raízes ligadas ao Ciclo do Ouro, quando na margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê), foi fundada Paranaguá, em 29 de junho de 1648. No século XVII, portugueses e paulistas começaram a ocupar esta espacialidade a partir da descoberta de ouro e a procura de índios para o trabalho escravo. A mineração no estado do Paraná foi deixada de lado, quando da descoberta de ouro em Minas Gerais assim muitos mineradores se dirigiram para o estado de Minas Gerais atrás do ouro mineiro, até por que as minas no Paraná já se encontravam em declínio. Até o século XVIII, existiam apenas duas vilas nesta espacialidade: Curitiba e Paranaguá fazendo com que o processo de uma ocupação definitiva fosse retardado e pertencesse à Província de São Paulo até meados do século XIX, com uma economia baseada na pecuária. Logo depois de conquistada a autonomia em 1853, teve início um programa oficial de imigração européia principalmente de poloneses, alemães e italianos. (WACHOWICZ, 2010).

Wachowicz (2010) denomina a fase inicial de ocupação do estado do Paraná de “Tradicional”, marcada pela descoberta de ouro pelos portugueses no século XVII. Porém a sociedade aurífera que se formou não prosperou, o metal (ouro) foi escasso, resultando em alguns núcleos populacionais no litoral e no planalto de Curitiba.

Com o surgimento do caminho de tropas Sorocaba-Viamão no século XVIII, teve início a ocupação dos Campos Gerais, pois a atividade ligada à criação de gado e o tropeirismo promoveu a recuperação de algumas áreas do então futuro estado do Paraná. O gado era levado pelos tropeiros que passaram a povoar os locais de parada, dando início a embriões de novos municípios que atualmente formam um roteiro turístico denominado de “Rota dos Tropeiros”⁵. As famílias que possuíam grandes extensões de terra passaram a se dedicar à criação de gado que logo abasteceria a população das Minas Gerais. No século XIX,

⁴ A Companhia de Jesus foi numa sociedade missionária fundada no ano de 1534 por Santo Inácio de Loyola. Seu objetivo primordial era a defesa do catolicismo diante da Reforma Protestante e, também, difundir-lo nas novas terras descobertas no Ocidente e oriente. No Brasil, os primeiros jesuítas chegam em 1549, comandados pelo padre Manoel de Nóbrega. Em 1759 foram expulsos pelo marquês de Pombal, sob a alegação de que a Companhia havia se tornado quase tão poderosa quanto o Estado. (COLODEL, 2013).

⁵ Originalmente, a rota dos tropeiros foi um importante corredor aonde circulavam bravos homens levando riquezas e desenvolvimento a locais distantes. Esse movimento perdurou desde o início do séc. XVIII até por volta do ano de 1930, quando a modernidade passou a decretar o fim deste ciclo. Hoje redescoberta, a Rota dos Tropeiros nos propicia uma série de outras riquezas: conhecimento, cultura, história, aventura e encantamento. Disponível em: <<http://www.rotadostropeiros.com.br>>. Acesso em: jul.2015.

as terras do centro e do sul do estado do Paraná, foram definitivamente ocupadas pelos fazendeiros. A atividade que predominava naquela época era ligada às fazendas, com a criação de gado e tinha forte influência paulista e rio-grandense. (WACHOWICZ, 2010).

Mais tarde, o estado do Paraná recebeu forte influencia das correntes migratórias: além dos alemães, poloneses e italianos vieram os ucranianos, sírio-libaneses, austríacos, franceses, ingleses e holandeses. Estes imigrantes promoveram mudanças na sociedade, tanto no meio rural como no urbano e nas características sócio-culturais presentes até hoje, como nos costumes e na arquitetura.

A expansão econômica do café trouxe ao norte do Paraná, os pioneiros da colonização desta região por volta do ano de 1840. Os colonizadores eram os fazendeiros mineiros, vindos de terras que já não produziam mais, se lançando assim, à procura de novas áreas. Com eles vieram os paulistas, japoneses, italianos, sírio-libaneses, entre outros. A agricultura de subsistência era praticada juntamente com a exploração da imensa floresta tropical, tornando-se as principais atividades econômicas, isto por que o café tornar-se-ia economicamente viável apenas no início do século XX. (WACHOWICZ, 2010). O desencadeamento da cultura intensiva e extensiva do café ocorreu em uma região de aproximadamente 100.000 Km² em três áreas distintas: o Norte Pioneiro; o Norte Novo e Norte Novíssimo, cuja colonização ocorreu entre as décadas de 1930 e 1950, pela Companhia de Terras do Norte do Paraná. Deu-se assim, início a um movimento intensivo de migração interna, fixando a população constituída por paulistas, mineiros, catarinenses, nordestinos, e paranaenses de outras regiões e também estrangeiros.

De acordo com Wachowicz (2010) o extrativismo da erva-mate no Paraná consistiu em um importante ciclo econômico, o qual teve seu auge no século XIX, sendo responsável pela emancipação política do Paraná em 1853, até então, quinta Comarca da Província de São Paulo. A atividade chegou a representar 85% da economia da nova província e os transportes tiveram grande impulso: desenvolveu-se a navegação fluvial nos rios Iguaçu e Paraná, construiu-se a ligação entre o planalto e o litoral com a Estrada da Graciosa⁶ e a Ferrovia Paranaguá/Curitiba. O transporte da erva-mate era feito por tropas de muares, pela serra até o litoral. A atividade de exploração da erva-mate representou confiança no futuro, responsável pela formação de uma classe média no interior, a qual era composta por produtores que,

⁶ Estrada da Graciosa, foi construída para ligar Curitiba a Antonina, surgiu da necessidade de ligação do planalto com o litoral em um porto de embarque. (WACHOWICZ, 2010).

através da posição conquistada, exerciam forte influência na política local. No início da industrialização da erva-mate, era utilizada a mão de obra escrava, após a crescente complexidade na industrialização e a chegada de um numeroso contingente migratório, passou-se a exigir que o trabalhador fosse alfabetizado, ocorrendo assim a substituição da mão de obra escrava, pela livre.

A exploração da madeira de lei da imensa floresta foi uma atividade muito importante no estado até o início da II Guerra Mundial. Nesse período, esta atividade ultrapassou em arrecadação a da erva-mate, influenciando a história, cultura, literatura, artes, hábitos e hospedagem paranaenses. Este ciclo atraiu os ingleses e povoou o vazio das florestas derrubadas. No século XIX, o Paraná recebeu milhares de agricultores originários da Suíça, Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia e Rússia, entre outros. A terra fértil deu origem a várias cidades. Na década de 1960, a lavoura de café representava 60% do valor total da produção agrícola, tornando-se umas das principais fontes de divisas do Estado do Paraná.

A partir da década de 1950, surge uma nova frente pioneira no território paranaense, chamada de “frente sulista”, com migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pois estes estados apresentavam problemas com a mão de obra agrícola devido a falta de terras. Os migrantes fundaram importantes núcleos no oeste e sudoeste paranaense. Em 1942 o governo federal criou o Território Federal do Iguaçu, com o intuito de proteger a área de fronteira, assim, este fato serviu de elemento delineador de uma política de ocupação e colonização da porção oeste do estado do Paraná por colonos oriundos do extremo sul do Brasil, trazidos por empresas colonizadoras e madeireiras. (WACHOWICZ, 2010).

Dentre estas empresas recebe destaque a empresa MARIPÁ (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A), que além de se estabelecer como uma empresa imobiliária tinha o direito à extração da madeira. O sucesso do empreendimento comercial da Maripá despertou o interesse de outros capitalistas gaúchos, promovendo a multiplicação dos projetos colonizadores e atraindo milhares de famílias durante as décadas de 1940 e 1950. Assim, várias empresas voltadas à colonização foram criadas no Rio Grande do Sul com o objetivo de lucrar com a revenda de terras no oeste do estado paranaense. (WACHOWICZ, 2010).

A intensa ocupação territorial e econômica ocorrida no norte repetiu-se no oeste e sudoeste paranaense com forte influencia dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais introduziram a cultura de soja, no Estado. A soja tem grande

destaque e juntamente com o cultivo do trigo, tornam-se as bases da agricultura estadual, ampliando as suas fronteiras em todo o Estado, substituindo as culturas voltadas para a subsistência, alterando o processo produtivo com a inserção de tecnologias modernas e a mecanização da agricultura. A industrialização da matéria-prima de origem agrícola faz com que a soja seja produzida com tecnologia em agronegócios cuja produção é destinada a exportação e as indústrias de beneficiamento de seus derivados. Esta realidade é presente a partir da década de 1970.

Segundo IPARDES (2014) a economia paranaense é a quinta maior do País. O Estado responde por 5,84% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 20,8 mil em 2010, acima do valor de R\$ 19,7 mil referente ao Brasil, a mesma tem suas bases na agricultura (cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, café, mandioca), na indústria (agroindústria, papel e celulose) e no extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Ainda de acordo com o IPARDES o Estado se apresenta como o maior produtor nacional de grãos, com uma produção agrícola diversificada. As avançadas tecnologias agronômicas colocam o Estado em destaque em termos de produtividade. A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar, contam com uma forte estrutura produtiva local. Além disso, observa-se o avanço de outras atividades como a produção de frutas. Na pecuária recebe destaque a avicultura, com 26,3% do total de abates do País, os segmentos de bovinos e suínos, possui participação no Estado e atingem 4,3% e 19,7%, respectivamente.

No Estado do Paraná as pequenas propriedades também se destacam atualmente. A produção familiar ocupa 27% da área rural, mas responde por 43% do valor bruto da produção (VBP). A análise realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 mostra que dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes no Paraná, 81,63% se enquadraram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. As pequenas propriedades também respondem por 43% do valor bruto da produção (VBP) e abrigam 70% do pessoal ocupado na agricultura do estado. De acordo com o IPARDES, os dados significam que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos índices do Brasil e da Grande Região Sul, ambos com 84,4%. No Estado, a mesorregião sudoeste paranaense onde estão localizados os municípios como Francisco Beltrão e Pato Branco apresentam o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar (88,9%) seguido pela mesorregião sudeste (municípios de São Mateus do

Sul e União da Vitória), também com 88%. Considerando o número de estabelecimentos da agricultura familiar, a mesorregião oeste paranaense detém o maior número: 43.752 estabelecimentos da agricultura familiar.

Para o IPARDES, esse resultado para a Mesorregião Oeste Paranaense surpreende, pois essa região é associada a culturas de *commodities* (soja e milho) direcionadas para uma concentração fundiária. O aumento das áreas da agricultura familiar nesta localidade é devido à influência da integração entre avicultores e grandes abatedouros. Dos 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar do Paraná, 64,8% pertencem aos próprios ocupantes, 5,7% encontram-se na condição de arrendatário e 3,1% são assentados sem titulação definitiva. Cerca de 70% do pessoal ocupado na agropecuária no Paraná se localiza na agricultura familiar, o que corresponde a mais de 1,1 milhão de pessoas.

As Microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu e as Microrregiões de Francisco Beltrão e Pato Branco lideram em número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Na Mesorregião Oeste Paranaense, são 110 mil trabalhadores ocupados nesta condição e na Mesorregião Sudoeste Paranaense, mais de 107 mil trabalhadores.

2.2 A Mesorregião Oeste Paranaense

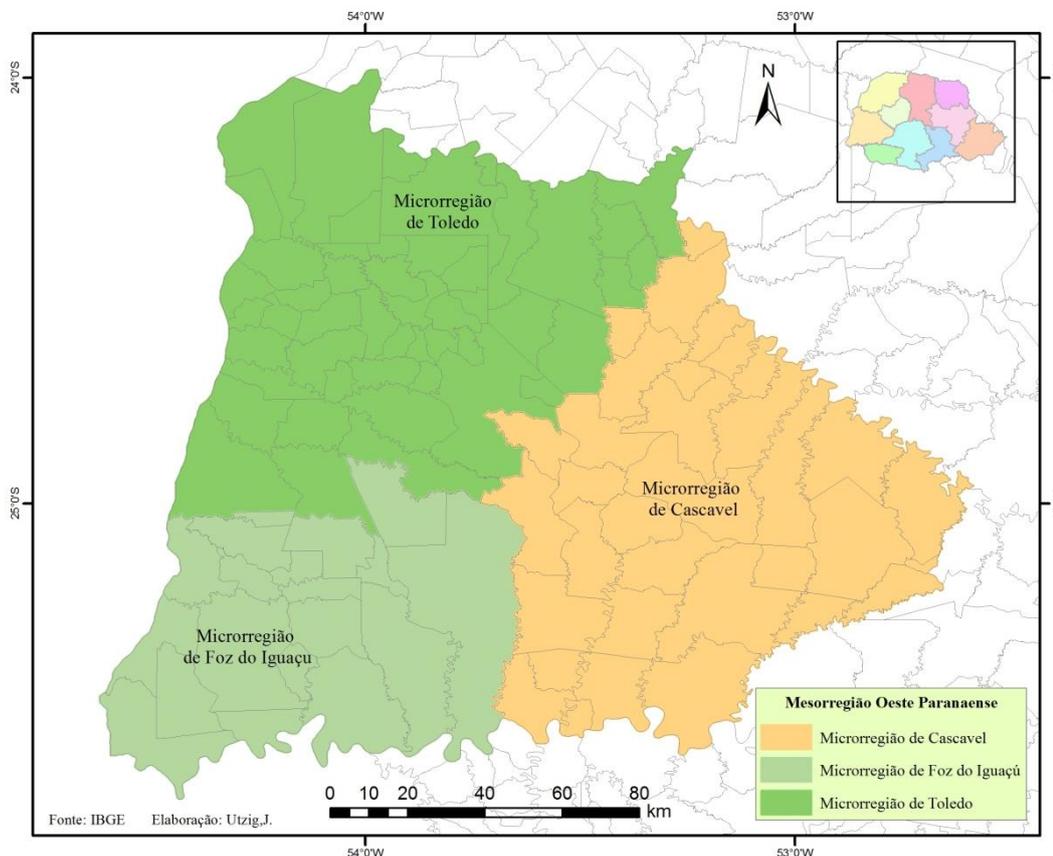
A Mesorregião Oeste Paranaense⁷ é formada pela união de cinquenta municípios agrupados em três microrregiões⁸: Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, (mapa 2) com uma extensão territorial de 22.851,003 km² e uma densidade demográfica de 53,8 hab/km². A taxa de crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000 foi de cerca de 1,28%. Em 2006

⁷ Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidos pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ai se formou. (IBGE, 1990, p. 8).

⁸ As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. [...] Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Assim a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo incluindo atividades urbanas e rurais. Dessa forma ela expressa a organização do espaço a nível micro e local. (IBGE, 1990, p. 8).

estimou-se residirem na Mesorregião 1.228.825 habitantes, correspondendo a cerca de 12% da população estadual.

Mapa 2 – Localização da Mesorregião Oeste Paranaense e suas Microrregiões.



Historicamente, a Mesorregião Oeste Paranaense⁹ constitui a última fronteira de ocupação do Estado e abrange a porção de área entre os rios Guarani, Iguaçu, Paraná e Piquiri. A fronteira que representava o domínio espanhol foi definida pelo rio Paraná, uma área esquecida durante a época imperial, pois não havia estradas ou picadas que dessem acesso a outras áreas do Estado, segundo Wachowicz (2010). A localização distante da porção leste, onde ocorreu o início do povoamento do Paraná, a pouca infraestrutura e a falta de comunicação interligando-as ao restante do Estado, são fatores que justificam o isolamento e o desinteresse em colonizar. (IPARDES, 2008).

A Mesorregião Oeste Paranaense em sua história foi marcada pelo domínio e disputas entre portugueses, espanhóis e indígenas. Pelos termos do Tratado de Tordesilhas firmado entre Portugal e Espanha no século XV, a área pertencia a coroa Espanhola. A atividade

⁹ Nesta pesquisa é usado o termo oeste paranaense para designar a Mesorregião Oeste Paranaense (IBGE, 1990), porém a definição do IBGE será utilizada sempre que se considerar necessário.

missioneira dos jesuítas na Província del Guayrá¹⁰ contribuiu para a ampliação da presença e atuação da Coroa Espanhola no atual oeste paranaense. Com o crescimento das atividades dos jesuítas, em menos de vinte anos, mais de uma dezena de Reduções Jesuíticas foram criadas por todo o oeste do paranaense, tendo como limite máximo de expansão o rio Tibagi. (COLODEL, 2003).

De acordo com Colodel (2003), as reduções eram bem administradas pelos padres da Companhia de Jesus e obtiveram um alto grau de desenvolvimento, aliada a doutrinação religiosa dos índios. A organização das reduções era baseada no modo de vida comunitário, tudo era compartilhado entre eles e distribuído de maneira igual entre todos, desde a terra à criação de gado e a produção agrícola. Além disso, as atividades cotidianas nas reduções também eram divididas entre eles, homens e mulheres realizavam tarefas determinadas, como:

Os homens tinham como centro de interesse a agricultura e a criação de gado, dentre outras. Já às mulheres era reservado o trabalho de artesanato. Além da alimentação, também eram elas que proviam a Redução as peças de vestuário, aproveitando peças de tecidos de lã e de algodão feitos ali mesmo. Na verdade, a Redução era quase auto-sustentável, já que tinha entre os seus membros artesãos, carpinteiros, pedreiros, tecelões, pintores, ferreiros, estatuários e fundidores. (COLODEL, 2003, p 38).

Porém, o desenvolvimento e prosperidade das Reduções Jesuíticas despertaram a cobiça nos espanhóis de outras comunidades. Elas haviam se estabelecido e se firmado como concorrentes comerciais fortes e atuantes. Ademais estavam centralizando grandes contingentes de mão de obra indígena, que preferiam ficar sob a guarda dos padres do que sob a chibata dos aventureiro-militares espanhóis. (COLODEL, 2003). Contudo as Reduções estavam com os dias contados, pois além dos espanhóis, os portugueses ávidos por terras e escravos, ansiosos pela captura de mão de obra escrava, desejavam subjugar os indígenas que viviam espalhados em tribos pela Província del Guayrá. De acordo com Colodel (2003), As Reduções jesuítas foram atacadas violentamente pelas expedições portuguesas e não recebendo apoio dos espanhóis, foram totalmente destruídas e os padres transferiram os indígenas sobreviventes para outras reduções. Além disso, muitos fugiram, alguns

¹⁰ “Guayrá” era o nome de uma das reduções espanholas que se transformou em “Ciudad Real del Guayrá” o nome redução foi emprestado do lendário Cacique guarani Guairá, Grará ou Guairacá, em cujas possessões se encontravam os grandes saltos do Rio Paraná. Mais tarde o nome Guayrá estendeu-se por toda a região reclamada pelos espanhóis entre os rios Paranapanema (Paraquario) e Uruguai, denominada “Província del Guayrá” e conservou-se até os dias atuais no nome da localidade “Guaira”, na altura dos saltos das Sete Quedas. (MAACK, 2002, p. 70). A redução “Ciudad Real de Guayrá” foi arrasada em 1638 pelos bandeirantes paulistas. (MAACK, 2002, p. 72).

conseguiram atravessar o rio Iguaçu e chegar ao Paraguai fundando a comunidade de Vila Rica.

Os portugueses marcaram sua presença por toda esta área hoje denominada Mesorregião Oeste Paranaense. Com o Tratado de Madri em 1750, a área passou definitivamente às mãos portuguesas, confirmando as novas fronteiras entre os domínios espanhóis e portugueses deixando para Portugal a lida com os habitantes nativos que não pretendiam deixar suas terras de vida (WACHOWICZ, 2010). O oeste paranaense foi ratificado como português e a área voltou a ficar esquecida com a destruição das Reduções Jesuíticas e das demais povoações espanholas na Província del Guayrá.

Devido à dificuldade de acesso, o governo Imperial do Brasil assinou um tratado com a Argentina e com o Paraguai permitindo a navegabilidade nos rios Paraná e Paraguai. Desse modo os brasileiros poderiam chegar até o estado do Mato Grosso, deixando o oeste paranaense mais exposto, assim a Argentina podia penetrar na área pelo Rio Paraná alcançando a região das Misiones onde ocorria, por volta de 1881, a exploração da erva-mate. Logo os argentinos começaram a explorar a erva-mate do oeste paranaense a qual era retirada ilegalmente por falta de infraestrutura, pois as taxas de exportação não eram cobradas. (WACHOWICZ, 2010).

Como Mesorregião Oeste Paranaense era considerada um lugar estratégico por ser uma área de fronteira, o governo Imperial resolveu instalar em 1888 uma colônia militar¹¹, chamada de “fronteira guarani”, constituindo o primeiro núcleo urbano “pioneiro” do oeste paranaense, que é o território onde hoje se situa o Município de Foz do Iguaçu. A expedição tinha a intenção de povoar todo o oeste paranaense com brasileiros, pois a maioria da população na época era constituída de paraguaios e argentinos. (WACHOWICZ, 2010). Com essa nova ocupação, as fronteiras brasileiras ficariam guarnecidas, porém as mercadorias que chegavam à Colônia Militar de Foz do Iguaçu vinham da Argentina em barcos a vapor.

No fim do Século XIX, outros produtos atrairiam a atenção para o oeste paranaense como a erva-mate e a madeira, extraídas das extensas áreas de florestas. No oeste paranaense, a extração destes dois produtos foi caracterizada pelo modelo de exploração do sistema de

¹¹ A expedição chegou a Foz do Iguaçu em 22 de novembro de 1889, e foi criada e dirigida pelo engenheiro militar Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, com a missão de fundar junto à foz do rio Iguaçu a Colônia Militar e construir estradas estratégicas que ligassem a região ao restante da Província. (WACHOWICZ, 2010).

“obrages¹²”, o qual permaneceu em atividade por mais de meio século. As obrages exploravam intensivamente essas áreas e depois as abandonavam, pois não havia nenhum interesse em replantar as espécies e nem colonizar essas extensões; para os obrageros só interessava a área enquanto a mesma fosse lucrativa com pouco investimento e ótimo retorno. Os obrageros começaram a explorar a erva-mate no oeste paranaense após o declínio da exploração nas terras argentinas, o mercado era favorável, a erva-mate e a extração da madeira traziam lucros imensos. O consumo da erva-mate em 1853 era em larga escala em todo o mercado platino, alçando os mercados de Buenos Aires, Montevideú, Valparaíso, no Chile e Rio de Janeiro, e a madeira era muito procurada na própria Argentina, sendo facilmente exportada para os Estados Unidos e para o Canadá, por ótimos preços. (COLODEL, 2003; WACHOWICZ, 2010).

Em poucas décadas a Mesorregião Oeste Paranaense foi ocupada por diversas obrages, as quais eram povoadas pelos “guaranis modernos”, ou os chamados “mensus”. O termo “mensu” equivale a peão, e/ou mensalista, pois recebia o pagamento mensalmente; eles eram contratados para a extração da erva-mate e da madeira, e na hora da contratação o mensu recebia o “antecipo”, que era um adiantamento do salário de três meses. Dessa forma, os mensus se tornavam dependentes da empresa de exploração, pois enquanto aguardavam a saída para as obrages, os mensus gastavam todo o dinheiro recebido, assim se viam obrigados a trabalhar para quitar as dívidas. Essa atividade era realizada muitas vezes de propósito, pois além de explorados e tratados com violência, os mensus se tornavam servos dos obrageros.

Pode-se entender que o sistema de obrages se constituiu em um modelo político, econômico e social. O isolamento geográfico e a falta de fiscalização resultaram em uma realidade paranaense, assim:

Da exploração intensiva da erva-mate e madeira, criou-se uma classe de proprietários e comerciantes poderosos, verdadeiros senhores, montados em impérios agrários imensos. A presença brasileira nessa conjuntura era insignificante, apenas nominal, assim como o eram as suas repartições públicas, fiscal e aduaneira. Os limites do que era legal ou ilegal passavam, invariavelmente, pelo crivo dos obrageros, juízes e policiais ao mesmo

¹² De acordo com Wachowicz (2010), a “obrage foi um tipo de exploração ou propriedade desenvolvida no Paraguai e na Argentina”, as obrages eram imensos domínios rurais que se estabeleceram no oeste paranaense e também no estado do Mato Grosso. Elas surgiram e desenvolveram suas características norteadoras, fixaram seus objetivos e delimitaram seus espaços de atuação, muitas delas atuando de maneira ilegal, desde a aquisição de terras, bem como exportação da erva-mate e das madeiras de lei. O “obragero” era o proprietário latifúndio das obrages que explorava a erva-mate e a madeira de lei. As atividades eram financiadas por capital argentino, utilizavam mão de obra paraguaia e matéria-prima brasileira.

tempo. Nenhuma tentativa mais séria de ocupação ou colonização foi encetada, pois não havia o menor interesse de que tal acontecesse. (COLODEL, 2003, p. 59).

A Mesorregião Oeste Paranaense encontrava-se em um vazio demográfico, os poucos ocupantes eram aventureiros, remanescentes indígenas, soldados desertores, bandidos foragidos, além de alguns colonos miseráveis, paraguaios itinerantes e um punhado de policiais da Força Pública Estadual. (COLODEL, 2003). Ao final do Século XIX havia no território paranaense, extensas áreas ainda despovoadas. Desta forma, o Governo adotou a política de concessão de terra, por todo o estado do Paraná. Foram concedidas grandes áreas de terra e esta política levou a construção de ferrovias para integrar estas áreas. No oeste paranaense as grandes áreas de terras foram adquiridas a baixo preço permitindo que obrages legais fossem instaladas, entre elas cita-se:

Waldemar Matte, Miguel Matte, Companhia São Paulo Rio Grande, Petry, Meyer B. Azambuja, Domingos Barthe, Nuñes y Gibaja, Companhia Maderas Alto Paraná, Companhia Mate Laranjeira e a Julio Tomás Alica. (COLODEL, 2003, p. 69).

Com a passagem das tropas revolucionárias em 1924-25 compostas de rebeldes paulistas e gaúchos, entre eles Luiz Carlos Prestes pelo oeste paranaense, mudanças aconteceriam, entre elas a desarticulação do domínio dos obrageros. A revolução de 1924 serviu para que o Brasil tomasse conhecimento do que estava ocorrendo no oeste paranaense, através dos relatos dos legalistas que lutavam contra os rebeldes. Não era só uma terra abandonada, dominada pelos obrageros, mas também havia a falta da população brasileira, a língua falada era o espanhol, a moeda era o peso argentino e todas as transações de documentos eram em espanhol bem como a cobrança da taxas. (COLODEL, 2003).

De acordo com Wachowicz, (2010) havia a necessidade de nacionalizar a “fronteira guarani”. Medidas foram tomadas pelo governo do Paraná e o interventor General Mário Tourinho, através da prefeitura de Foz do Iguaçu, determinou que todos os documentos oficiais, anúncios comerciais e avisos fossem em língua portuguesa, assim como os impostos e taxas deveriam ser cobrados em moeda brasileira.

O governo federal não aceitou as medidas tomadas pelo Estado do Paraná, uma vez que tinha a intenção de criar um território federal, o Território¹³ Federal do Iguçu em 1942, que foi dissolvido em 1946 com a queda da ditadura do Estado Novo. Este Território Federal seria uma extensão do Rio Grande do Sul e abrangeria as terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná.

Neste contexto, em 1930 com a justificativa de que o litoral estava densamente povoado, o governo do presidente Getúlio Vargas inicia o movimento denominado “Marcha para o Oeste”, visando à ocupação do território brasileiro, (WACHOWICZ, 2010). Além da exploração da madeira, a Marcha para o Oeste introduziu a exploração agrícola. Durante esse período destacou-se a atuação das companhias colonizadoras gaúchas, responsáveis pelas atividades imobiliárias e voltadas também a exploração de madeira. Ainda durante este período houve a nacionalização da mão de obra via decreto e a implantação de infraestrutura viária.

No final da década de 1950, a implantação do sistema viário impulsionou a atividade agrícola da Mesorregião, privilegiada pela qualidade dos solos e capacidade técnica dos produtores, viabilizando a produção de excedentes para comercialização, além da formação de núcleos de adensamento rurais e urbanos que foram sendo constituídos ao longo do tempo. (IPARDES, 2008).

De acordo com Wachowicz (2010) durante o processo de colonização algumas empresas se destacam em todo o Estado, a mais importante delas foi a MARIPÁ (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A). Esta empresa adquiriu em 1946 a Fazenda Britânia, que era uma antiga obraje, com a finalidade de promover o assentamento de colonos. A empresa era formada por acionistas gaúchos de origem italiana e alemã, com a política de, não misturar no mesmo local as duas descendências, as comunidades de colonos deveriam ser da mesma origem étnica e religiosa: católica e protestante, respectivamente. A área da fazenda foi dividida e colocada à venda aos imigrantes, porém, antes da venda dos lotes a empresa por contrato tinha o direito de explorar a madeira que era exportada para a Argentina pelo rio Paraná. A empresa Maripá participou também de outros empreendimentos colonizadores na Mesorregião Oeste Paranaense, sendo responsável pelo surgimento de várias

¹³ O Rio Grande do Sul passava por um processo de falta de terras, e como o governo federal era gaúcho representado por Getúlio Vargas, a criação desse território estaria atendendo aos interesses (principalmente imobiliários) além de abarcar o excedente da mão de obra agrícola do Rio Grande Sul.

idades, entre elas, o município de Matelândia. Podem-se destacar igualmente outras empresas e seus empreendimentos como:

Colonizadora Gaúcha Ltda. (São Miguel do Iguaçu); Industrial Agrícola Bento Gonçalves (Medianeira); Colonizadora Matelândia (Matelândia); Terras e Pinhais Ltda. (São Jorge – Foz do Iguaçu) e a Pinho e Terras Ltda. (Céu Azul) (COLODEL, 2003, p.69).

Os imigrantes eram basicamente formados por agricultores de origem alemã e italiana, provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que aos poucos se deslocavam às mesorregiões sudoeste e oeste paranaense, intensificando-se em volume, particularmente nos anos 1950 (IPARDES, 2008). Além disso, houve a entrada de outros fluxos populacionais, oriundos do norte do estado do Paraná.

A população migrante da Mesorregião Oeste Paranaense entre 1950 e 1970, possuía algumas características comuns, tais como: a maioria era oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; eram pequenos proprietários rurais atraídos pela possibilidade de um futuro promissor devido à falta de terras em seus locais de origem e que se sentiram obrigados a migrar. Além disso, estes pequenos proprietários rurais possuíam o conhecimento da atividade agrícola, a qual se tornaria a principal atividade econômica. (IPARDES, 2008).

Por esses agricultores as atividades agrícolas desenvolvidas eram pautadas na produção primária destinada ao comércio, o que ampliava suas condições de inserção na divisão social do trabalho. Com a inserção de tecnologias e a mecanização nas atividades agrícola, a partir da década de 1970, e principalmente com a introdução do cultivo da soja ocorreu mudanças na base produtiva regional que repercutiu na estrutura fundiária e na distribuição da população. De acordo com IPARDES (2008), dados dos anos de 1950/1970 indicavam que a população da Mesorregião Oeste Paranaense era em torno de 16.000 e passou para mais de 760.000 em 1970. Este crescimento segundo o Instituto não foi registrado em outra Mesorregião do Estado.

Os agricultores gaúchos possuíam conhecimento das práticas agrícolas e juntamente com o cultivo das lavouras alimentares importante para a subsistência, desde o início da colonização, se dedicaram a uma atividade voltada para o mercado: a suinocultura. Os produtores produziam a ração dos suínos, que era composta por milho, mandioca, batata-doce e soja. A partir dos anos 1970 a soja se tornaria o principal cultivo da mesorregião oeste

paranaense. De acordo com o IPARDES (2008), a fertilidade natural da terra e a topografia plana favoreceram a mecanização das lavouras. Além de que, o cultivo da soja nesse período foi privilegiado pela inserção de tecnologias.

A predominância de pequenos estabelecimentos agrícolas nesta Mesorregião era um entrave à mecanização, pois a operação com os tratores era dificultada. Para enfrentar este problema os agricultores se organizaram em associações e cooperativas, conseguindo acesso ao crédito rural. Assim, a superação deste entrave à valorização do capital produtivo foi a raiz de um novo processo, o de concentração fundiária. Segundo o IPARDES (2008), entre 1970 e 1995/1996 o número de estabelecimentos na Mesorregião Oeste Paranaense sofreu uma redução de aproximadamente 34%, passando de 83.216, em 1970, para 54.773 estabelecimentos em 1995/1996. Essa redução atingiu principalmente proprietários e não-proprietários de estabelecimentos com áreas inferiores a 50 hectares.

De acordo com IPARDES (2004) a Mesorregião Oeste Paranaense destaca-se por sua expressiva dinâmica, sendo capaz de contrabalancear as fortes tendências de concentração econômica e populacional do Estado rumo à Região Metropolitana de Curitiba. O agronegócio cooperativo serviu de base para a progressiva expressão da Mesorregião Oeste Paranaense no âmbito do setor primário estadual. Esta região vem sustentando ganhos crescentes frente à economia estadual em atividades do setor primário. Segundo dados do IPARDES (2004), no ano 2000, no interior do Estado, apenas as Mesorregiões Oeste e Norte Central contribuíram com proporções superiores a 10% no valor adicionado fiscal (VAF) Estadual.

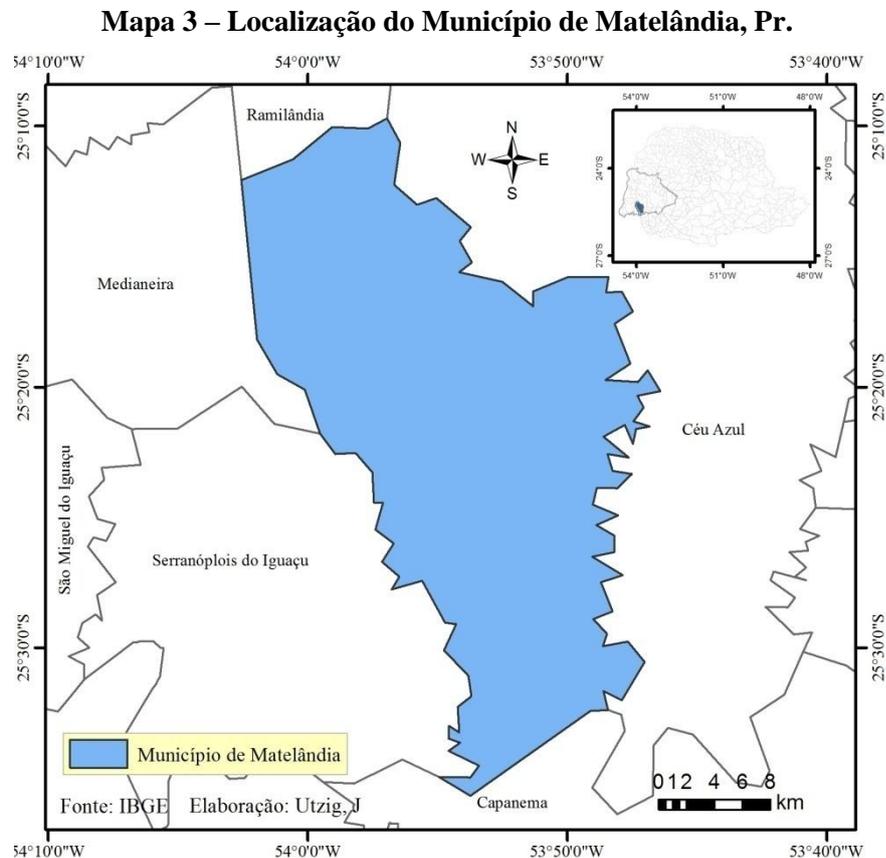
Além do que, as favoráveis condições edafo-climática aliadas à moderna base produtiva agropecuária, tem sido capaz de aliar uma agricultura com elevado desempenho produtivo, sendo pautada na mão de obra familiar. Tais condições são visíveis, sobretudo na capacidade de crescimento econômico e populacional que, embora concentrado em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, contam com o suporte de uma expressiva rede de cidades fortalecidas pela tendência de conformação de dois eixos mais dinâmicos e de importante aglomeração urbana em área de fronteira internacional.

2.3 Características do Município de Matelândia

O município de Matelândia, pertence à Microrregião de Foz do Iguaçu da Mesorregião Oeste Paranaense, (mapa 3). Possui uma altitude de 555 metros e uma extensão territorial de 642, 030 km² (IBGE, 2014). Destes, 338,10 km² corresponde à área de abrangência do Parque Nacional do Iguaçu no município.

O então distrito de Matelândia pertencia ao município de Foz do Iguaçu e foi elevado à categoria de município com a denominação de Matelândia, pela Lei Estadual n° 4245 de 25 de julho 1960, desmembrado de Foz do Iguaçu. O município de Matelândia é constituído de 2 distritos: Matelândia e Agro Cafeeira.(IBGE, 2014).

A população do município é de 16.078 habitantes segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010 e a população rural é de 4.465 enquanto a urbana é de 11.613 pessoas. O município apresenta uma taxa de urbanização de 72,23% influenciando na densidade demográfica que é de 26,52 hab/km², de acordo com o Censo Demográfico do IBGE.



A expansão demográfica no País e o processo de compartimentação da terra, fez com que os colonos italianos no Rio Grande do Sul, fossem obrigados a deixar o Estado frente à escassez de terras e procurassem novas áreas para continuar suas atividades relacionadas à agricultura (COLODEL, 1992). De acordo com Wachowicz (2010), existiam grandes áreas inexploradas no estado do Paraná, entre elas a mesorregião oeste paranaense onde se localiza o município de Matelândia, com o incentivo do governo Federal que promoveu a “Marcha para o Oeste”, com o intuito de ocupação de novas áreas.

Os colonizadores encontraram extensões de matas virgens, terras férteis e topografia plana. Desta forma, recrutaram outras famílias para efetuarem o desbravamento dessas extensões tão férteis e próprias para agricultura. Em 1950 a colonização de Matelândia iniciou-se formalmente e a Empresa Colonizadora PINHO e TERRA LTDA foi a responsável pelo processo de colonização. Esta se dividiu em empresas menores e a Colonizadora Matelândia foi a responsável pelo desenvolvimento do município. (COLODEL, 1992; PIERUCCINI et. al, 2008).

De acordo com Pieruccini et.al. (2008), saíram de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 26 de maio de 1950 os primeiros colonos que iriam se fixar no futuro município de Matelândia. Em 31 de junho de 1950, chegou ao município de Matelândia, Benjamin Luiz Biazuz, originário do município de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, e mais as famílias de Francisco Donadel, Antônio Menoncim, Avelino Molon e Gentil Picolli (COLODEL, 1992).

A firma colonizadora sob a responsabilidade de Miguel Matte respondia pelos trabalhos de colonização. O município recebeu a denominação de Matelândia em homenagem a Miguel Matte, membro da firma colonizadora que foi responsável pela colonização da localidade. (COLODEL, 1992).

Os primeiros colonos trouxeram ferramentas para a agricultura e a carpintaria. Essas ferramentas eram indispensáveis para a abertura das estradas na época da colonização e serviam também para derrubar a mata e construção das primeiras moradias. De acordo com Pieruccini et. al. (2008), os colonos italianos provenientes da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande Sul, foram os mais representativos em número de famílias que se deslocaram para Matelândia, nos primeiros anos de sua existência. Para estes colonos não havia problemas com a alimentação no início da década de 1950, pois trouxeram consigo uma grande

variedade de mantimentos indispensáveis e, quando eles necessitavam, a própria empresa colonizadora fornecia-lhes os mantimentos que eram trazidos da cidade de Cascavel, na época, o centro comercial mais próximo do município de Matelândia.

Os colonos vindos do Rio Grande do Sul já tinham experiência na agricultura e ao se instalarem em Matelândia, começaram a cultivar o que seria seus próprios alimentos, como as hortas e os pomares de frutas, que eram desenvolvidos por eles. Algumas frutas nativas eram difíceis de serem encontradas, mas outras, como banana e mamão havia em grande quantidade no Município. Além disso, houve o plantio de outras variedades frutíferas, que foram trazidas pelos colonos de outros lugares. (COLODEL, 1992; PIERUCCINI et. al. 2008).

Segundo Pieruccini et. al. (2008), a entrada de posseiros em Matelândia foi uma consequência de ocupação da terra no território paranaense. Durante a década de 1960 houve um foco de repulsão da população do Norte Paranaense; a mesorregião encontrava-se neste período em processo bem adiantado na ocupação, a atividade cafeeira impulsionou a absorção de mão de obra, aliada a facilidade na compra de terras, atraindo enorme contingente populacional de outros estados como São Paulo, Minas Gerais, e da Região Nordeste do País. Como consequência essa população migrou para as áreas do oeste paranaense as quais estavam em processo de colonização. De acordo com Pieruccini et. al. (2008) o que determinava a compra da área era o sistema de colonização e a área deveria ter em torno de 10 alqueires¹⁴.

No município de Matelândia, o cultivo do café teve início por volta de 1953/1954, e serviu de estímulo para a chegada de centenas de famílias oriundas do norte do Paraná. Estas famílias procuravam emprego nas grandes propriedades que haviam optado pela cafeicultura, pois tinham experiência no cultivo do café e já realizavam a atividade no norte do Estado. Esta mão de obra foi absorvida pelas grandes propriedades que precisavam expandir seus negócios. (PIERUCCINI et. al., 2008).

Em um primeiro momento alguns compraram terras, mas outros optaram por invadir terras e as consequências destas invasões foram inevitáveis e violentas. Para afastar os nortistas, a compra de propriedades foi dificultada para eles. As colonizadoras alegavam que o

¹⁴ Alqueire unidade de medida de superfície agrária que equivale em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a 10.000 braças quadradas (4,84 hectares), e em São Paulo a 5.000 braças quadradas (2,42 hectares). No estado do Paraná é utilizada a medida de 2,42 hectares. Disponível em:<<http://www.imoveisvirtuais.com.br/medidas.htm>>.

afastamento dos nortistas, aconteceu por que os mesmos não haviam se adaptado ao tipo de agricultura praticada pelos colonos vindos do sul do Brasil, que desenvolviam uma agricultura de subsistência e praticada no regime de pequena propriedade sob clima temperado, estando eles, os nortistas, mais adaptados as culturas de clima tropical, entre elas, o café. (PIERUCCINI et. al., 2008).

Os colonos de Matelândia possuíam tradicionalmente em sua propriedade animais domésticos como vaca leiteira, alguns cachorros, havia ainda um animal para cavalgar, uma junta de bois que era usada para puxar a carroça e na realização das tarefas de tração. Destacam-se a atividade comercial da criação de suínos que se expandiu desde as primeiras décadas do Século XX e o consumo da carne de porco foi disseminado em toda a Região Sul do Brasil. Com o aumento do consumo da banha e derivados da carne de porco, a criação dos suínos consolidou-se como a atividade nas frentes de ocupação e colonização.

Dessa forma, a criação de porcos era atividade que garantia a fixação dos colonos em Matelândia, pois ao desenvolver-se, adquiriu caráter comercial e tornou-se cada vez mais relevante. A construção do frigorífico Frimesa em Medianeira alavancou a atividade no município e na região. (PIERUCCINI, et. al., 2008). Para a realização das atividades agrícolas, iniciou-se o período de derrubada das florestas e posterior queima, para que os colonos procedessem ao plantio.

O plantio do trigo era realizado e após a sua colheita, o solo já ficava pronto para as outras culturas, geralmente o milho, feijão e a hortelã, mais tarde, a soja em pequenas quantidades. A mesma seria introduzida nos primeiros anos da década de 1970, a procura de óleos comestíveis, feitos à base deste grão, acentuou-se no mercado consumidor nacional. (PIERUCCINI, et. al., 2008).

A partir da década de 1960, mesmo com a atividade da indústria madeireira em crescimento, as atividades agrícolas passaram a dominar a região. Assim, ao longo desta década, assumiu o primeiro lugar na produção de milho e criação de suínos no Paraná. Neste período a produção foi diversificada com a introdução de outras culturas, tais como a mandioca, feijão, trigo, soja e mesmo o café, embora em escala menor.

De acordo com Pieruccini (2008) os anos de 1950 e 1960, foram marcados pelo incipiente núcleo urbano de Matelândia. Segundo a autora, no final de década de 1960 surgem

novas demandas sobre essa base agrícola: de um lado a crescente demanda nacional por óleos vegetais, promovendo uma ampliação da produção de soja, para suprir esta necessidade. Por outro lado, o consumo da carne suína também aumentou gerando a instalação de frigoríficos na Região e ampliando o emprego de tecnologias na industrialização da carne suína.

A economia do município é baseada nas atividades ligadas à produção agrícola e pecuária principalmente a partir da introdução da agricultura familiar, caracterizada pelo envolvimento da mão de obra familiar em todas as fases da produção. Salienta-se que a produção agrícola do município é diversificada conforme a tabela 1. (IPARDES, 2013).

TABELA 1 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola no Município de Matelândia – 2012.

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (R\$ 1000,00)
Abacaxi (mil frutos)	1	20	20.000	18
Alho	2	7	3.500	39
Amendoim	5	10	2.000	20
Arroz	10	20	2.000	11
Banana	13	390	30.000	160
Batata-doce	7	140	20.000	109
Cana-de-açúcar	150	9.000	60.000	488
Caqui	7	56	8.000	57
Erva-mate (folha verde)	3	18	6.000	8
Feijão	25	36	1.440	74
Figo	1	6	6.000	19
Fumo (em folha)	115	202	1.757	1.264
Limão	2	24	12.000	21
Mandioca	40	1.000	25.000	278
Manga	6	96	16.000	65
Melancia	10	250	25.000	103
Melão	2	20	10.000	30
Noz (fruto seco)	5	40	8.000	180
Pêssego	1	8	8.000	12
Soja	11.155	16.581	1.486	13.310
Tangerina	15	180	12.000	99
Trigo	400	892	2.230	494
Uva	50	400	8.000	1.186

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal de Matelândia.

De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de Matelândia do IBGE, as atividades relacionadas à pecuária são bem expressivas no município, principalmente as voltadas para a suinocultura e aves. Conforme a tabela 2, a criação de suínos é importante para o município desde a sua fundação com os primeiros colonizadores.

TABELA 2 – Efetivo da pecuária e aves no Município de Matelândia – 2012.

Efetivos	Números
Rebanho de bovinos	30.982
Rebanho de eqüinos	380
Galináceos (galinhas, galos, frangos (as) e pintos)	2.673.000
Rebanho de ovinos	2.500
Rebanho de suínos	50.100
Vacas ordenhadas	10.400
TOTAL	2.767.362

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal de Matelândia.

De acordo com Pieruccini et. al.(2008), o emprego de novas técnicas, aliadas à produção de soja e trigo, tornou-as atividades lucrativas, e os preços do mercado internacional mudaram o cenário da agricultura, que era de subsistência, com a comercialização do excedente; desenvolve-se então uma nova base - de agricultura ou criação especializada de mercado. Com as adequações realizadas a partir do final da década de 1960 nas primeiras vias que realizavam o transporte, a região integrou-se com o restante da economia do Estado. A BR 277 foi asfaltada em 1967, é a principal via de escoamento da produção da região dos municípios da mesorregião oeste paranaense.

Ressalta-se que o município possui propriedades pequenas, sendo o modulo rural no município de 18 hectares. De acordo com IPARDES (2013) dos 974 estabelecimentos existentes no município a maioria dos produtores são proprietários, exemplificada pela tabela 3.

TABELA 3 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor no Município de Matelândia – 2006.

Condição do produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	853	32.419
Assentado sem titulação definitiva	65	221
Arrendatário	26	814
Parceiro	7	133
Ocupante	22	955
Produtor sem área	1	-
TOTAL	974	34.542

Fonte: IPARDES – Caderno Estatístico do Município de Matelândia 2012.

De acordo com os dados do Censo agropecuário de 2006, as atividades que ocupam o maior número de estabelecimentos estão representadas pelas lavouras temporárias e pelas áreas destinadas às atividades de pecuária e criação de outros animais, conforme pode ser visualizado na tabela 4.

TABELA 4 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas no Município de Matelândia – 2006.

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	349	15.753
Horticultura e floricultura	38	381
Lavoura permanente	10	325
Pecuária e criação de outros animais	564	17.563
Produção florestal de florestas plantadas	9	473
Produção florestal de florestas nativas	4	48
TOTAL	974	34.542

Fonte: IPARDES – Caderno Estatístico do Município de Matelândia 2012.

A tabela 5 mostra o número de estabelecimentos de acordo com os estratos de área em hectares de acordo com o INCRA.

TABELA 5 – Número de estabelecimentos por estrato de área em (ha) no município de Matelândia – PR.

Área em hectares	Número de estabelecimentos
Menos de 1	10
De 1 a menos de 10	565
De 10 a menos de 20	358
De 20 a menos de 30	229
De 30 a menos de 40	82
De 40 a menos de 50	55
De 50 a menos de 60	28
De 60 a menos de 70	18
De 70 a menos de 80	12
De 80 a menos de 90	14
De 90 a menos de 100	11
Acima de 100	56
Total	1434

Fonte: INCRA – Sistema de Cadastro Rural, 2014.

Dados disponibilizados de 0,1 a 0, 500 hectares.

Além disso, a atividade agroindustrial também se faz presente no município. Matelândia possui um moderno frigorífico de abate de frango, a Unidade Industrial de Aves (UIA) é uma das unidades industriais da Cooperativa Agroindustrial Lar, e muitos agricultores familiares do município de Matelândia são associados a esta cooperativa.

De acordo com dados da Cooperativa Agroindustrial Lar a unidade industrial de aves tem capacidade de abate de 286 mil aves/dia, e os municípios que possuem aviários na área de abrangência da cooperativa são destaque na produção de aves, no contexto estadual e nacional. A tabela 2, referenciada anteriormente, mostra os principais efetivos da pecuária e aves, de acordo com IBGE com destaque ao expressivo número de galináceos.

A tabela 6 exemplifica a relevância da atividade leiteira para o município de Matelândia, fonte de renda para muitos agricultores familiares do município, (parte da produção de leite é entregue a Frimesa que beneficia e industrializa uma variedade de derivados do leite).

TABELA 6 – Produção de origem animal do Município de Matelândia – 2012.

Produtos	Valor (R\$1000,00)	Produção	Unidade
Casulos do bicho da seda	6	7.710	Kg
Lã	5	2.200	Kg
Leite	32.542	41.720	Mil litros
Mel de abelha	36	7.200	Kg
Ovos de codorna	3	4	Mil dúzias
Ovos de galinha	2.952	1.640	Mil dúzias

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal de Matelândia.

As atividades agropecuárias mostram-se importantes para a economia do município, pois empregam em torno de 23% da população ocupada em Matelândia. De acordo com IPARDES (2013), os valores da produção agropecuária, são bem expressivos, pois as atividades são bem lucrativas. Esses números englobam todas as atividades pecuárias (de pequeno, médio e grande porte).

CAPÍTULO 3 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS

Este capítulo apresenta a caracterização das cooperativas agroindustriais da Mesorregião oeste paranaense, em especial as duas cooperativas que fazem parte diretamente da pesquisa, a Cooperativa Agroindustrial Lar e a Frimesa Cooperativa Central, ambas com sede no município de Medianeira, PR.

3.1 As Cooperativas Agroindustriais da Mesorregião Oeste Paranaense

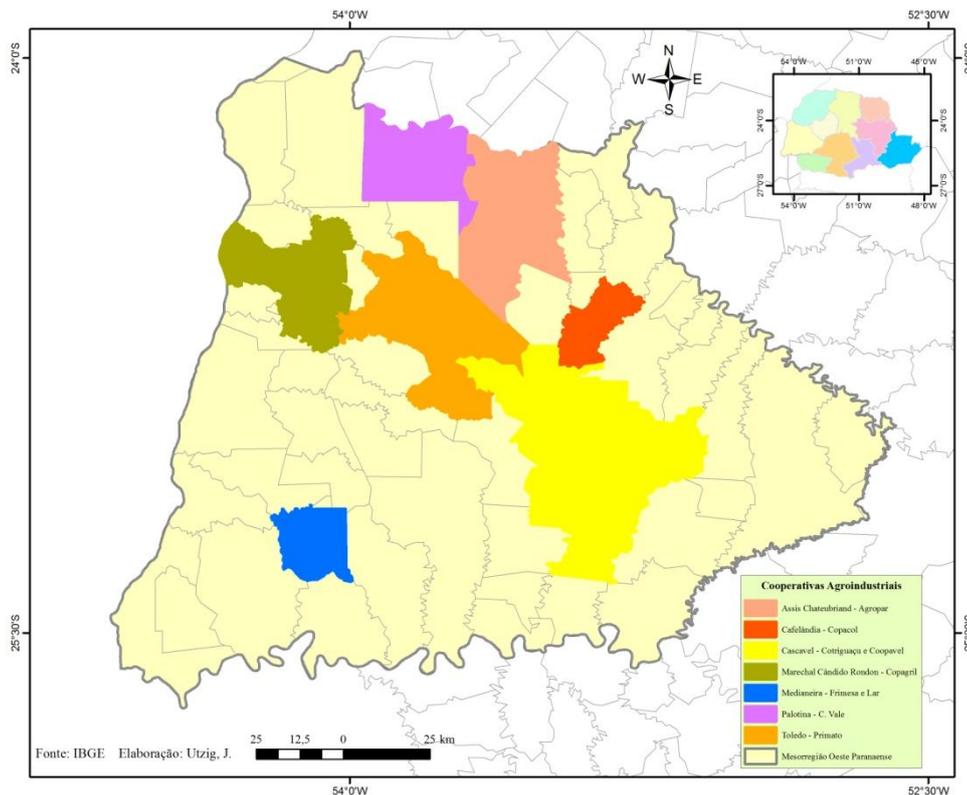
Durante a década de 1960 surgiram as primeiras cooperativas na Mesorregião Oeste Paranaense. Na mesorregião o cooperativismo agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de pequenos produtores voltado para algumas atividades agrícolas específicas (SISTEMA OCEPAR, 2014). Ilha (2006) destaca o surgimento dessas cooperativas durante a década de 1970, constituídas por agricultores oriundos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, na sua maioria de origem alemã e italiana. De acordo com a OCEPAR “os associados reúnem-se sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, a cooperativa singular, caracterizada pela prestação direta de serviços aos associados, com algumas vantagens fiscais e doutrina própria”. (SISTEMA OCEPAR, 2014).

Dessa maneira todas as cooperativas foram criadas a partir da LEI Nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, a qual “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas” que, segundo o Art. 4º “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

Das 81 cooperativas agropecuárias existentes no Estado do Paraná, dez delas atuam na mesorregião oeste paranaense, (mapa 4). As cooperativas agropecuárias prestam vários serviços – desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados (SISTEMA OCEPAR, 2014).

Ainda segundo o Sistema OCEPAR, essas cooperativas geralmente cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. As cooperativas agropecuárias brasileiras de grande porte são caracterizadas pela alta tecnologia utilizada em todas as etapas da cadeia produtiva.

Mapa 4 – Localização das Cooperativas Agroindustriais na Mesorregião Oeste Paranaense.



De acordo com a OCEPAR, 240 cooperativas atuam no Estado do Paraná, as quais possuem o registro junto a OCEPAR. Essas cooperativas contam com mais de 735 mil cooperados e 62.300 colaboradores. Juntas faturaram mais 32,1 bilhões de reais no ano de 2011 e congregam em torno de dois milhões e 500 mil paranaenses. De acordo com Ilha (2006), essas cooperativas ocupam hoje uma posição de destaque dentro no agronegócio da mesorregião oeste paranaense participam com expressividade em número e volume de produtos comercializados, número de associados, exportação de *commodities* e empregos gerados.

Algumas cooperativas se agrupam em torno de uma central, consistindo em um “processo piramidal, voltado especialmente para ganhos de escala e de poder de barganha perante fornecedores e clientes com objetivos de organizar em comum, os serviços

econômicos e assistenciais de interesse das filiadas” (SISTEMA OCEPAR¹⁵, 2014). A Frimesa se constitui um Sistema Cooperativo, o qual de acordo com o Art. 8º da Lei Nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, esclarece em seu Art. 8º que:

As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

De acordo com o Parágrafo único da referida lei “Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas”.

Ilha (2006) considera:

O empreendimento cooperativista é uma forma organizacional que propicia uma série de vantagens, tanto para produtores rurais como para a sociedade em que o empreendimento se localiza. Isso decorre da forma de gestão organizacional das cooperativas, que permite maior distribuição de renda e resultados, e do fato da cooperativa ser um agente que consegue estabelecer níveis mais favoráveis de preços para os produtores associados. Além desses benefícios de renda, e pela melhor relação de preços, a forma organizacional da cooperativa apresenta a vantagem de propiciar melhor coordenação de todo um sistema agroindustrial. (ILHA, 2006, p. 12).

Esta pesquisa tem seu foco nos agricultores familiares do município de Matelândia associado-integrados à Cooperativa Agroindustriais. Portanto, a fim de delimitar a abrangência do estudo, optou-se por selecionar somente uma cooperativa agroindustrial, a Cooperativa Agroindustrial Lar, Medianeira, PR. Os agricultores entrevistados fazem parte do quadro social da Unidade da Lar em Matelândia. Para visualizar estas questões será feita uma caracterização geral.

3.2 Frimesa Cooperativa Central

¹⁵ O Sistema Ocepar é formado por três sociedades distintas, sem fins lucrativos que, em estreita parceria, se dedicam à representação, fomento, defesa sindical, desenvolvimento, capacitação e promoção social das cooperativas paranaenses: O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop/PR e a Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecooper. (OCEPAR, 2014).

A Frimesa Cooperativa Central é uma central de cooperativas, resultante da união de cinco cooperativas localizadas na mesorregião oeste paranaense a ela filiada. Possui mais de cinco mil produtores que atuam como parceiros e fornecedores de matéria-prima utilizada na industrialização de seus produtos. (RELATÓRIO FRIMESA, 2012). Localizada na cidade de Medianeira, PR, no oeste paranaense, a cooperativa possui nove filiais de vendas: duas em Medianeira, Curitiba e Apucarana no Paraná, em Esteio, no Rio Grande do Sul, na cidade de Itajaí em Santa Catarina, no estado de São Paulo e capital, na cidade de Bebedouro e na capital do estado o Rio de Janeiro. (FRIMESA, 2014).

A cooperativa foi fundada em 13 de dezembro de 1977, para promover a agroindustrialização do campo. Seus fundadores buscavam a integração das forças do cooperativismo para fazer com que os produtores continuassem no campo por meio da produção e da diversificação. Suas atividades iniciais eram voltadas para a venda de grãos (feijão, soja e milho) e aliada a isso, a produção de suínos já era uma das características dos municípios da mesorregião. A cooperativa atua hoje na industrialização de carne suína e todo o suíno entregue para a Frimesa advém dos associados das cooperativas filiadas, onde cada cooperativa tem uma cota de entrega. A Frimesa abate em torno de 6500 cabeças de suínos ao dia.

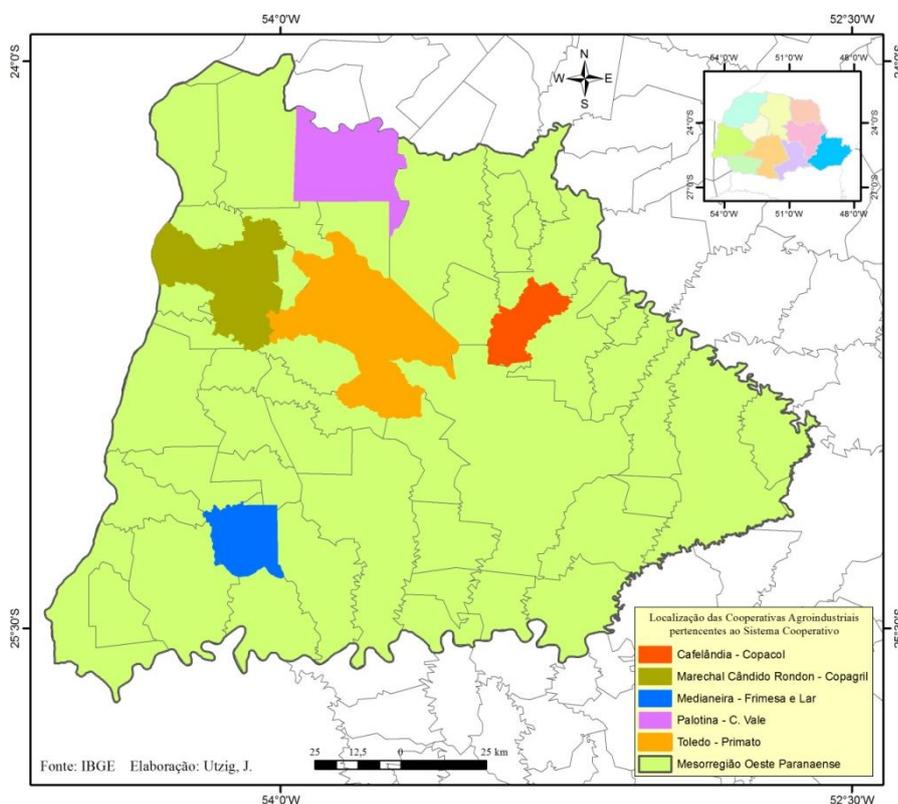
A partir da década de 1980 a Frimesa começa atuar na área de leite. Atualmente possui uma linha de produtos diferenciados. A Central possui plantas industriais em alguns municípios do oeste paranaense; em Matelândia localiza-se a indústria de refrigerados que recebe o leite dos agricultores associados a Lar, matéria-prima para a industrialização. No município de Marechal Cândido Rondon está localizada a indústria de queijos e derivados, que recebe o leite de todas as cooperativas, exceto da Lar. Os produtores contam com o acompanhamento técnico no campo (FRIMESA, 2014), dentro de uma relação agricultura/indústria.

Salienta-se que a Frimesa integra um Sistema Cooperativo que industrializa e comercializa a produção, cuja matéria-prima é fornecida pelos produtores associados das cinco cooperativas, que formam a empresa (mapa 5): a Cooperativa Agroindustrial Copagril (Copagril) - Marechal Cândido Rondon; Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar) – Medianeira; Cooperativa Agrícola Consolata (Copacol) – Cafelândia; C. Vale Cooperativa Agroindustrial (C. Vale) - Palotina e Cooperlac Cooperativa Agroindustrial (Primato) – Toledo. A centralização das atividades em uma única cooperativa agroindustrial surgiu das dificuldades

encontradas para a comercialização da produção de leite e suínos dos agricultores cooperativados e, além disso, com o propósito de fomentar a região juntamente com os produtores rurais. De acordo com o setor de Fomento da Frimesa, sobre a avaliação da centralização das atividades de industrialização de carne suína e industrialização do leite é afirmado que:

“Consideramos muito positiva a integração, pois além de agregar valor a matéria prima, faz com que o pequeno agricultor continue no campo, preocupação constante entre as cooperativas. Ainda ressaltamos que com a parceria cooperativa-agricultor há a garantia de qualidade dos produtos sempre, pois há um grande controle de qualidade.” (*Entrevista realizada em setembro de 2014*).

Mapa 5 – Localização das Cooperativas Agroindustriais do Sistema Cooperativo.



3.3 Cooperativa Agroindustrial Lar

A Cooperativa Agroindustrial Lar, foi fundada em 19 de março de 1964, na antiga Gleba dos Bispos, hoje o Município de Missal, como estratégia de colonização baseada nos ensinamentos da encíclica Mater et Magistra (Mãe e Mestre), do Papa João XXIII, que tratava

da questão social da terra e da solução através de uma divisão cooperativista. (SETTI, 2014). Os agricultores oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 55 ao total, se reuniram em 19 de março de 1964, para a constituição de Cooperativa Mista Agrícola Sipal LTDA – Comasil. A constituição da Cooperativa tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de seus associados e da comunidade sustentada através de agregação de valores à produção agropecuária.

Na primeira sede da cooperativa funcionava o escritório e uma espécie de venda ou bolicho, onde eram comercializados alguns produtos entre eles, ferragens, tecidos, munição para a caça, etc.. Os colonos da região plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e soja (pouco ainda na época), além da criação de suínos, e a da extração de madeiras de lei ajudavam na renda dos colonos. Com o lançamento do PIC (Projeto Iguaçu de Cooperativismo) em 1970 pelo governo e após análise da situação socioeconômica dos municípios, decidiu-se que as cooperativas inviáveis seriam fechadas. Assim os fundadores optaram por transferir a sede da cooperativa para o Município vizinho de Medianeira, pois em Missal a cooperativa contava com pouca infra-estrutura e pouca acessibilidade. A cooperativa na época contava com 126 associados, e no ano de 1973 eram 1.414 associados. (REVISTA DA LAR, 2012; SETTI, 2014).

Neste mesmo ano a Comasil deixou de existir passando então a cooperativa ser denominada de COTREFAL – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras. O início dos trabalhos foi com a produção agrícola e a cooperativa atendia os pequenos produtores da região com a recepção, armazenagem e comercialização de grãos. Parte da produção passou a ser industrializada pela Cooperativa, a partir da década de 1980. (SETTI, 2014).

Atendendo a demanda dos associados e população em geral, em 1983, a LAR inicia suas atividades no ramo de Supermercados, que hoje contam com 13 lojas. Em 2001 em assembléia a cooperativa mudou a sua razão social de Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras – COTREFAL, para Cooperativa Agroindustrial Lar. A mecanização agrícola promoveu o crescimento e assim a Cooperativa expandiu as atividades para três estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, além do Paraguai. (REVISTA DA LAR, 2012).

De acordo com Setti (2014) a Cooperativa Lar nos anos 2000 se tornou mais sólida, o autor destaca, a cooperativa cresceu e se capitalizou. Para competir, “o novo século cobra

especialização, modernização, escala e crescimento. Amplia-se a indústria e abrem-se novas frentes para dar segurança aos associados”. (SETTI, 2014, p. 231).

A cooperativa atua na agroindustrialização e comercialização da produção agropecuária dos associados com destaque para a produção de grãos como soja, milho e trigo e produtos como aves, suínos, ovos, rações, vegetais e mandioca, e também na prestação de serviço. De acordo com o Relatório Anual de 2011 da cooperativa, a Lar possui 8641 associados em todas as suas unidades conforme a tabela 8, e cerca de 6.000 funcionários. A cooperativa possui complexos comerciais e industriais localizadas nos municípios na área de atuação da Cooperativa Agroindustrial Lar.

TABELA 7 – Número de associados por unidade – Lar, 2011.

Unidade	Associados	%
Amambaí – MS	369	4,3
Aral Moreira – MS	338	3,9
Céu Azul – PR	456	5,3
Diamante D’Oeste – PR	203	2,3
Dourados – MS	40	0,5
Iguatemi – MS	93	1,1
Itahum – MS	22	0,3
Itaipulândia – PR	394	4,6
Maracaju- MS	447	5,2
Matelândia – PR	501	5,8
Medianeira – PR	744	8,6
Missal – PR	837	9,7
Ponta Porã – MS	188	2,2
Ramilândia – PR	184	2,1
Rio Brilhante – MS	45	0,5
Santa Helena – PR	938	10,9
Santa Rosa do Ocoy – PR	291	3,4
Santa Terezinha do Itaipu – PR	469	5,2
São Miguel do Iguaçu – PR	728	8,4
São Roque – PR	472	5,5
Serranópolis do Iguaçu – PR	495	5,7
Sete Quedas – MS	108	1,2
Sidrolândia – MS	169	2,0
Xanxerê – SC	110	1,3
TOTAL	8.641	100,00

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar, Relatório e Balanço 2011.

Marschall (2005) analisa a importância do cooperativismo quando do início das atividades agrícolas relacionada principalmente aos imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, que chegaram à mesorregião oeste paranaense sendo eles caracterizados como pequenos produtores. Além disso, a união de forças era também voltada para a aquisição de insumos e

implementos, para suprir as necessidades das pequenas propriedades. Na abrangência da Cooperativa Agroindustrial Lar, o quadro de associados é representado por pequenos proprietários. Na tabela 9, pode ser observado que no Município de Matelândia a área média das propriedades é 32,4 hectares. E a maior parte destas possui dimensões menores que esta média. (MARSCHALL, 2005).

TABELA 8 – Estrutura fundiária dos associados da Cooperativa Agroindustrial Lar para o ano de 2011.

Área em Hectares	Quantidade	%	% Ac
Com até 10	1.702	19,7	19,7
De 11 a 20	2.652	30,7	50,4
De 21 a 30	1.324	15,3	65,7
De 31 a 60	1.488	17,2	82,9
De 61 a 100	528	6,1	89,0
De 101 a 500	707	8,2	97,2
Acima de 500	240	2,8	100,0

Fonte: Cooperativa Agroindustrial Lar, Relatório e Balanço 2011.

Marschall (2005) considera que:

(...) o crescimento da representatividade do número de pequenos proprietários, aliado ao aumento do número de cooperativas e dos cooperados, pode ser creditado a participação no mercado, através da aplicação de tecnologias de ponta para a produção, orientação técnica, acesso a insumos, armazenagem, crédito, além do desenvolvimento e participação social possibilitado pela organização cooperativista. (MARSCHALL, 2005, p. 17).

Portanto, entende-se que esses são alguns dos motivos que os agricultores do município de Matelândia, optaram pela integração de suas atividades com a Cooperativa.

CAPÍTULO 4 OS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA – PR E SUA RELAÇÃO COM A COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR.

Este capítulo foi desenvolvido com base nos levantamentos iniciais sobre a temática, e a partir da análise dos dados das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os agricultores familiares selecionados do município, e da entrevista realizada com os responsáveis pela Cooperativa Lar – Unidade de Matelândia. As entrevistas foram orientadas por um roteiro de questões, onde foram entrevistados 33 agricultores familiares associados à Cooperativa.

4.1 Descendência dos agricultores familiares associados entrevistados

De acordo com os dados da pesquisa de campo a maioria dos entrevistados é de descendência italiana e alemã, muitos deles são filhos e netos dos primeiros imigrantes que chegaram ao município no início da colonização. Seus avós e maternos e paternos juntamente com seus pais, chegaram ao município e fixaram residência em Matelândia. Conforme mencionado anteriormente, esses imigrantes são provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também de outros estados do País, que chegaram com o passar dos anos. No levantamento apurou-se que moram em Matelândia entre os entrevistados, mineiros, japoneses e turcos, além da maioria italiana e alemã. Muitas famílias fixaram residência em municípios vizinhos à Matelândia quando chegaram ao oeste paranaense, e depois de algum tempo, algumas famílias mudaram-se para o município.

Os agricultores mais antigos relatam as dificuldades enfrentadas pelas famílias nos primeiros tempos e uma delas é em relação à educação e o acesso à escola. Durante as entrevistas os agricultores foram questionados sobre o grau de escolaridade dos membros da família.

4.2 Escolaridade da família dos agricultores familiares entrevistados

Para os homens 67 % possuem o ensino primário (completo e incompleto) ¹⁶, alguns entrevistados, principalmente os mais jovens já conseguiram avançar no grau de escolaridade, pois, 6% dos entrevistados possuem escolaridade em nível superior (completo e incompleto). O curso de Administração aparece como o mais procurado, sendo este fato relevante, pois há no município uma faculdade particular e o interessado não precisa se deslocar para outra cidade. O ensino técnico também aparece entre os homens, principalmente o Técnico Agropecuário, que soma 15% entre os entrevistados; os que somente possuem o ensino médio são 12%, considerando completo e incompleto. Devido a motivos diversos eles não conseguiram concluir, muitas vezes por ser necessário trabalhar na propriedade com os pais, e por que com a diminuição da população rural o governo fechou escolas nas áreas rurais.

No caso das mulheres 64% possui o ensino primário (completo e incompleto) e 13% o ensino médio (completo e incompleto). Ainda 20% delas possuem o ensino superior (completo e incompleto), sendo a maioria com formação em Pedagogia. O ensino técnico abrange 3% das mulheres, destacando-se o curso Técnico em Enfermagem.

Sobre a composição familiar os agricultores foram indagados se tinham filhos e quantos, pois são eles que darão ou não sequência às atividades desenvolvidas nas propriedades. Muitos dos filhos desses agricultores são adolescentes, outros já não moram mais com os pais, pois já constituíram família. De acordo com os dados resultantes, a média de filhos entre os entrevistados é dois filhos, por família, e este número representa 34%. Com 01 filho somam-se 24%, ainda com três e quatro filhos somam 18% e 12% respectivamente. O maior número de filhos encontrado na pesquisa é de cinco (6% das famílias). Apenas 3% dos entrevistados não têm filhos.

Quando perguntados sobre a intenção de seus filhos em continuar com as atividades agrícolas, as respostas foram diversas. Alguns desejam continuar, outros esperam se formar e procurar emprego na cidade. Entre os filhos (homens e mulheres) dos entrevistados pode-se constatar que 38% possuem Ensino Superior (completo e incompleto), o que nos permite inferir que estes tiveram mais possibilidade de acesso aos estudos. Algumas dessas pessoas

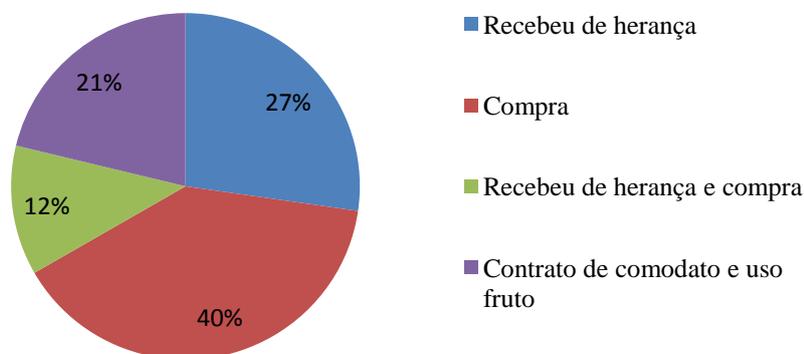
¹⁶ Para o nível de escolaridade Ensino Primário, Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Superior entre os entrevistados os dados foram agrupado em Completo e Incompleto.

que possuem nível superior voltaram para trabalhar na propriedade de seus pais. O mesmo aconteceu com os 5% que possui o Ensino Técnico, principalmente em Técnico Agropecuário. Em relação ao ensino primário e médio (completo e incompleto) representam 32% e 25% respectivamente.

4.3 Propriedade da terra e estrutura fundiária

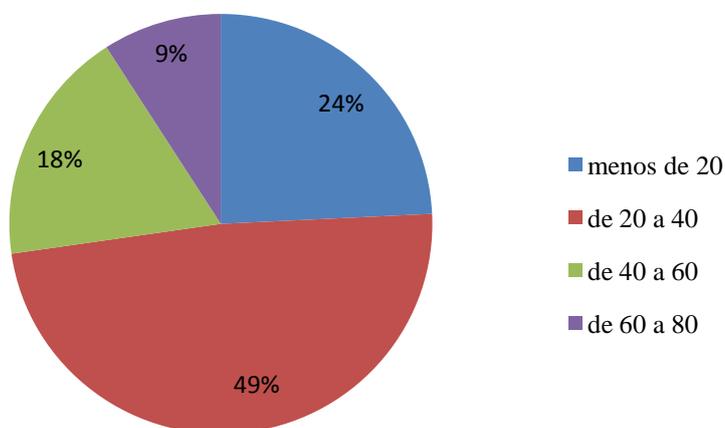
Entende-se que a terra é muito importante para o agricultor familiar, pois é dela que ele tira o seu sustento e de sua família. O gráfico 1 demonstra que 40% dos agricultores familiares entrevistados adquiriu a propriedade, ou seja, realizou a compra da terra. Temos ainda 27% dos agricultores que receberam a terra como herança. Isso nos faz refletir que existe entre os entrevistados a continuidade da família nas atividades agrícolas e a permanência dessas novas famílias no campo. Além disso, 21% dos entrevistados ainda não receberam a terra, ou seja, nestas propriedades os pais dos entrevistados moram com os filhos, e esse contrato de comodato/uso fruto é realizado porque a posse da terra ainda não foi repassada pelos proprietários. Temos ainda 12% dos entrevistados que recebeu de herança a terra, e com o passar do tempo conseguiu comprar mais terras. Neste sentido, para Wanderley (2009):

O acesso a terra e a construção de um sistema de produção, “capaz de fechar o círculo” da subsistência familiar sempre foram elementos sabidamente frágeis na história do campesinato brasileiro e raramente ofereceram a garantia necessária para a fundação de uma economia camponesa estável e próspera. (WANDERLEY, 2009, p. 60).

Gráfico 1 – Forma de aquisição da propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

O gráfico 2 demonstra que as propriedades dos agricultores familiares entrevistados são pequenas, estando 49% entre 20 e 40 hectares. Além disso, 18% dos agricultores possuem áreas entre 40 e 60 hectares. Quando observamos a Lei N° 11.326, de 24 de Julho de 2006, que determina as diretrizes para a agricultura familiar, entre elas a que considera agricultor familiar como aquele que detêm a propriedade com até quatro módulos fiscais, verificamos que entre os entrevistados somente 9% possuem propriedades entre 60 a 80 hectares. Outro número significativo é os que possuem menos de 20 hectares, representando 24% dos entrevistados.

Gráfico 2 – Tamanho das propriedades (ha) dos agricultores familiares associados à Lar.

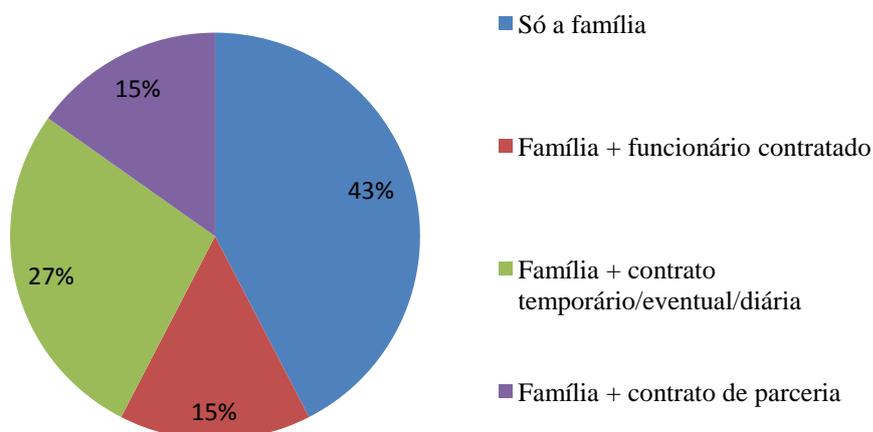
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

4.4 Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias

De acordo com os dados pesquisados 43% dos agricultores familiares associados a Lar, a família é a responsável pela execução das atividades diárias, em que se incluem os adultos e os filhos, conforme o gráfico 3. A figura da mulher nestas propriedades é bem significativa, pois além de exercer as atividades do cuidado da casa, elas desempenham o papel de responsáveis por alguma atividade na propriedade como recolher o leite, por exemplo. O marido em muitos dos casos é quem resolve a parte administrativa e burocrática da propriedade, além de realizar as atividades braçais com os implementos agrícolas.

Para 27% dos agricultores existe a necessidade de contratação de mão de obra eventual, seja por um determinado período (época de preparação para o plantio, colheita, etc.) ou até por alguns dias. Entretanto 15% dos agricultores entrevistados optaram pela contratação de funcionário permanente. Outra forma de contratação de mão de obra é o contrato de parceria, em que é definido um percentual do rendimento destinado ao trabalhador. Salienta-se que embora haja a contratação de mão de obra de fora, a família participa das atividades e das decisões relativas à propriedade.

Gráfico 3 – Mão de obra utilizada nas propriedades.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

4.5 Renda dos agricultores entrevistados

A renda dos agricultores entrevistados é advinda das atividades agropecuárias realizadas em suas propriedades. O quadro 1 demonstra quais são as atividades geradoras de renda para os agricultores do município.

Quadro 1 – Renda mensal.

Atividade que gera renda*	Número de agricultores
Lavoura (safra de grãos)	3
Lavoura (safra de grãos) e pecuária leiteira**	13
Lavoura, pecuária leiteira e atividade integrada*** com a cooperativa	16
Lavoura e aposentadoria (casal)	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

*considerada a atividade que promove a renda mensalmente e/ou por período determinado.

**Embora a pecuária leiteira seja uma das principais atividades realizadas pelos entrevistados, nem todos entregam a produção para a Cooperativa Lar, e sim para outros laticínios existentes em municípios próximos.

***as atividades são a suinocultura, avicultura corte, e avicultura de postura.

No sistema de parceria com a cooperativa o pagamento ao produtor rural é feito através da taxa de conversão alimentar. Quando o produtor entrega a produção (frango de corte, suínos, e ovos de postura) para a Cooperativa, é realizado o cálculo em relação à quantidade de ração que o animal precisou ingerir para atingir o peso ideal no tempo previsto. Neste caso para os suínos e para os frangos de corte. Em relação aos ovos de postura, o cálculo é feito em relação à quantidade de ração que a galinha consome/dia para a produção diária de ovos. O pagamento da produção dos ovos é feita mensalmente, através de um percentual do valor da venda dos ovos no comércio. De acordo com os produtores entrevistados, a avicultura de postura é rentável e considerada um serviço bom de ser realizado, além disso, a renda é mensal, e garantida.

Em relação à pecuária leiteira entre os agricultores entrevistados, a maioria realiza a atividade em sua propriedade conforme o quadro 1. Muitos não entregam a produção para a Cooperativa. De acordo com a Secretaria de Agricultura do Município de Matelândia, a bacia leiteira é em torno de 126 mil litros de leite/dia e, além disso, é um mercado bem disputado. Existem outros laticínios de municípios do entorno que recolhem a produção leiteira. A

Cooperativa Lar realiza o pagamento do leite mensalmente aos produtores de acordo com a quantidade de leite produzida.

Os agricultores entrevistados comercializam toda a produção de grãos com a Cooperativa Lar, e ainda adquirem toda a linha de insumos necessário para o plantio de suas lavouras.

4.6 Atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores

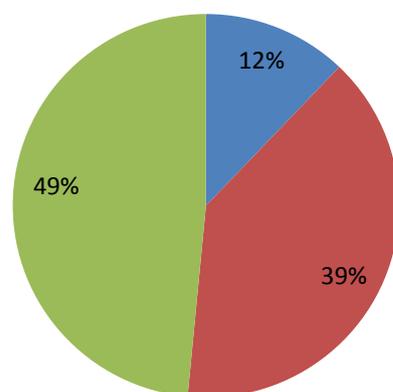
Apesar de as propriedades serem de tamanho pequeno 24% delas têm menos de 20 hectares, as atividades são diversificadas, com cultura de grãos como a soja, o milho, e o trigo, como culturas principais, mas os produtores rurais desenvolvem outras atividades integradas com a cooperativa como forma de obter e aumentar a renda, conforme o gráfico 3.

Wanderley (2009) considera importante a diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar, apesar de que muitos acabam se especializando em determinada atividade, avicultura de corte, por exemplo, mas ainda assim apresenta-se eficiente para garantir as necessidades da família. A autora destaca que:

Além disso, apesar de sua inserção na agricultura moderna, eles não abandonam a concepção camponesa de atividade agrícola, de forma a assegurar o equilíbrio entre culturas diversificadas e a pecuária e entre atividades voltadas para o mercado e para o autoconsumo. (Wanderley, 2009, p. 62).

Gráfico 4 – Atividades desenvolvidas pelos associados entrevistados.

- Lavoura (grãos)
- Lavoura (grãos) e pecuária leiteira
- Lavoura, pecuária leiteira e atividade integrada com a cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

Destacam-se algumas das principais atividades desenvolvidas pelos agricultores, as quais são realizadas combinadas com as atividades de integração com a Cooperativa. São atividades que promovem a subsistência das famílias, além de gerar renda.

a) Culturas agrícolas

A produção de milho é tradicional no município, o plantio e o consumo deste cereal são realizados desde o início do processo de colonização. Os colonos plantavam o milho para servir de alimentação para os suínos e para o gado que eram criados nas propriedades. Na atualidade, o plantio ainda acontece nas propriedades, principalmente nas que realizam a atividade leiteira, cuja utilização serve para forragem, e/ou silagem para alimentação do gado, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Silos para a armazenagem da silagem feita a partir do milho.



Foto Janete Utzig, 2014.

O plantio da soja iniciou-se no município durante a década de 1960, e hoje é comercializada na Cooperativa Lar pelos agricultores familiares associados. Ressalta-se que a preparação da terra, plantio, colheita realizada pelos agricultores familiares, se dá de forma mecanizada, e com acompanhamento técnico dos agrônomos da Cooperativa. Na figura 2 observa-se uma lavoura de soja, salientando que no período da pesquisa de campo algumas propriedades encontravam-se em fase de preparação do solo e outras a cultura estava no estágio inicial de crescimento.

O trigo também é produzido no município e a comercialização é feita na cooperativa, lembrando que os agricultores têm a possibilidade de armazenar a sua produção na cooperativa para venda futura, quando o produto estiver mais valorizado. Ou vender quando necessita realizar um investimento ou realizar pagamentos de financiamentos, ou mesmo para manutenção da família.

Figura 2 – Lavoura de soja em fase inicial de crescimento.



Foto Janete Utzig, 2014.

O plantio da aveia é realizado por alguns agricultores para fazer a rotação de cultura, além de servir de alimentação para os animais, através do feno. Todos os agricultores entrevistados realizam as compras de sementes e insumos para o plantio na unidade da cooperativa no município, além disso, os agricultores que desenvolvem a atividade leiteira realizam a compra dos produtos veterinários na cooperativa e são assistidos por técnicos com visitas regulares, além das emergências.

b) A pecuária leiteira

A pecuária leiteira é considerada de grande importância para os agricultores familiares, pois é uma atividade lucrativa e que pode ser realizada combinada com lavouras e outras atividades integradas com a Cooperativa como avicultura de corte, postura e suinocultura. Para os entrevistados a pecuária leiteira é fonte de renda mensal, os produtores investem em suas propriedades, no melhoramento genético do seu plantel e na infraestrutura física.

O manejo dos animais é realizado e organizado de acordo com as possibilidades de cada produtor; alguns ainda tiram o leite manualmente, isto é, os que possuem um plantel menor, outros já usam ordenhadeiras com sistema de encanamento que leva o leite até o

resfriador, sem o contato direto, para evitar a contaminação. Apesar de algumas instalações serem simples, a higiene e a qualidade do leite são respeitadas.

Alguns produtores possuem plantéis maiores produzindo em torno de 1000 litros/dia de leite e investiram na infraestrutura, com estábulos mais modernos e equipados com ordenhas, resfriador de leite, garantindo assim um produto de melhor qualidade (figura 3). Um caminhão da cooperativa faz o recolhimento do leite nas propriedades. O mesmo é equipado com modernos aparelhos que garantem a segurança do produtor em relação ao produto.

Figura 3 – Infraestrutura dos estábulos.



Foto Janete Utzig, 2014.

Os produtores mantêm as vacas em lactação em sistema de semi-confinamento, e/ou soltas em piquetes de pasto e recebem a alimentação composta de silagem e ração, complementando a pastagem. Durante a ordenha as vacas não recebem nenhum tipo de alimento, somente após a ordenha, em local apropriado para se alimentarem, (figura 4). Entretanto alguns produtores trabalham com o manejo das vacas somente soltas no pasto.

Os produtores realizam a inseminação artificial em seu plantel para garantir o melhoramento genético dos animais, resultando em animais com uma maior produção leite/dia. Muitos dos agricultores armazenam o sêmem na propriedade mesmo, devidamente condicionada. Isso ocorre por que a maioria das inseminações é realizada pelos agricultores. Os que não realizam o procedimento contratam um profissional. Além disso, os produtores associados a Lar, contam com a Unidade de Recria de Novilhas. O produtor avisa à cooperativa quando nasce uma bezerra em sua propriedade, a mesma é levada até a Unidade de Recria, até atingir a fase adulta. Ela volta para a propriedade inseminada com sêmem de

genética de qualidade, garantindo assim um aumento da produtividade. Esta ação da cooperativa tem como objetivo diminuir os custos para os produtores com novilhas ociosas em sua propriedade, o associado paga uma taxa mensal para a cooperativa enquanto as novilhas estiverem na Unidade.

Figura 4 – Alimentação dos animais.



Foto Janete Utzig, 2014.

c) A criação de gado bovino no sistema de semiconfinamento

Os produtores investem também na bovinocultura de corte, que é uma atividade desenvolvida combinada com a pecuária leiteira, garantindo renda, a permanência na propriedade e a diversificação das atividades. Neste sistema os animais ficam em piquetes com acesso ao galpão onde recebem a alimentação, composta de silagem de milho e ração, (figura 5). Os animais são vendidos para frigoríficos em municípios vizinhos à Matelândia.

Figura 5 – Bovinos confinados.



Foto Janete Utzig, 2014.

d) A criação de ovinos

Em uma das propriedades visitadas o produtor investiu na produção de feno feito da plantação da grama vaqueiro, sendo uma das variedades com alto valor em proteínas. O feno é vendido para outros produtores vizinhos. De acordo com o produtor a introdução desta atividade foi uma das maneiras encontradas para um maior aproveitamento de sua propriedade. Dessa maneira ele evita áreas ociosas, principalmente onde não é realizado o plantio de soja, milho e trigo, além de garantir uma renda extra. Na época da visita, o produtor havia iniciado a criação de ovelhas, em um sistema de piquetes conforme a figura 6.

Figura 6 – Plantio de grama para produção de feno e criação de ovelhas.



Foto Janete Utzig, 2014.

e) Produção de autoconsumo

Encontramos também nas propriedades dos entrevistados as culturas voltadas para o autoconsumo, como hortaliças, frutas, e criação de peixes em açudes, (figura 7). De acordo com os agricultores, eles gostariam de aumentar a produção inserindo mais variedades, mas para muitos a falta de tempo é o principal motivo para não realizar. As atividades relacionadas a horta quem cuida geralmente é a mulher, além de ajudar nas outras atividades. Nas propriedades caracterizadas por contrato de comodato e uso fruto, os pais dos agricultores entrevistados moram na propriedade e contribuem com as tarefas.

Figura 7 – Produção para o consumo interno.



Foto Janete Utzig, 2014.

4.7 Integração dos agricultores com a Cooperativa Lar

A Lar integra as atividades de suinocultura, avicultura de corte e postura com seus associados que tenham interesse em realizar a mesma. A suinocultura é uma das atividades mais tradicionais do município, assim como a pecuária leiteira, que desde o início da colonização do município já são práticas desenvolvidas. A partir do crescimento das demandas mundiais as cooperativas investiram em plantas industriais, dando início a industrialização da carne suína pela Frimesa e logo após iniciou-se a industrialização do leite. A Lar, também investiu na industrialização no segmento de carne de frango com a implantação da Unidade Industrial de Aves, que abate os frangos produzidos pelos seus associados. A Unidade Industrial de Aves (UIA) foi inaugurada em 23 de julho de 1999, marcando uma nova fase de desenvolvimento da Cooperativa Lar. (SETTI, 2014). A Cooperativa Lar inaugurou em 2004, a Unidade de Carnes anexa a UIA. Nesta indústria são produzidos diversos tipos de carnes de frango prontas ou semiprontas. A partir de então a Lar lançou produtos com a marca Lar.

Hoje a cooperativa atua desde a produção primária até industrial. A ração que é vendida na cooperativa e entregue aos produtores rurais integrados, é produzida com a produção de grãos entregue a Cooperativa pelos seus associados. (SETTI, 2014). Para a Cooperativa Lar os agricultores são parceiros que produzem a matéria prima para a industrialização.

a) Avicultura de Corte

Na atividade de avicultura de corte, a cooperativa fornece para os agricultores associados integrados os pintainhos de um dia, da Unidade Produtora de Pintainhos com capacidade de produção de 300 a 320 mil ovos/dia. A ração também é fornecida pela cooperativa e a entrega é realizada em dois dias fixos na semana. O produtor é quem deve solicitar o pedido com antecedência e deve respeitar o prazo de pedidos, pois não há entrega fora dos dias determinados da semana. A cooperativa é responsável pela assistência técnica nas propriedades e sempre que o agricultor precisar, o responsável técnico está disponível na Unidade da Cooperativa.

Nas propriedades existem silos para a armazenagem da ração, os quais armazenam em torno de 12 toneladas de alimento. Os agricultores são responsáveis pela construção do aviário, que é feito com recursos próprios e/ou financiado e com mão de obra também de sua responsabilidade. Os aviários devem seguir um padrão tanto na construção como na qualidade dos frangos, além das exigências sanitárias que devem ser seguidas a risca. Os aviários possuem 125 metros de comprimento por 12 metros de largura, com capacidade em torno de 18000 a 20000 pintainhos. Os mesmos ficam alojados em média 40 dias, após esse prazo, as aves estão no peso e tamanho ideal. (figura 8). Assim na data agendada o caminhão recolhe as aves que são levadas para o abate. Os produtores entrevistados afirmam que os frangos atingem em média 3,1 quilos cada.

Figura 8 – Área interna do aviário, frangos de corte alojados.



Foto Janete Utzig, 2014.

Nas propriedades visitadas a área onde se localiza os aviários é toda arborizada, conforme a figura 9. Essa prática se dá para que as aves tenham um clima mais agradável para o seu desenvolvimento.

Figura 9 – Área externa dos aviários de frango de corte.



Foto Janete Utzig, 2014.

Alguns aviários de corte são do novo modelo de construção, com algumas exigências a mais, entre elas: um escritório, banheiro, além de ser cercado para evitar a entrada de pessoas estranhas e animais que possam assustar as aves, (figura 10).

Figura 10 – Incorporação de novas exigências.



Foto Janete Utzig, 2014.

Em todos os aviários a distribuição da ração é automatizada, bem como a água servida ver figura 8. Os aviários possuem ainda um sistema de refrigeração (ventiladores) e de aquecimento (composto por um forno a lenha), conforme a figura 11.

Figura 11 – Sistemas de refrigeração e aquecimento dos aviários.



Foto Janete Utzig, 2014.

O recolhimento dos frangos é realizado por uma empresa terceirizada contratada pela Cooperativa Lar seguindo uma agenda. Após a retirada dos frangos do aviário o agricultor precisa realizar a limpeza e desinfecção do aviário e a colocação da maravalha para receber o próximo lote.

b) Avicultura de Postura

No sistema de parceria da avicultura de postura o produtor rural recebe o lote das frangas com 90 dias em média. As mesmas ficam alojadas durante o período de um ano e meio, (figura 12). Os aviários possuem 60 metros de comprimento e são alojadas em torno de 5000 aves, atingindo uma produção entre 4800 a 4900 ovos/dia. Após este período, as galinhas já adultas são recolhidas, e um novo lote será entregue. Nesse modelo de aviário (figura 12) a distribuição da ração é feita manualmente, em alguns os produtores automatizaram a distribuição da ração, a distribuição de água é automatizada em todos os aviários.

Figura 12 – Aviários de postura.



Foto Janete Utzig, 2014.

Entre os entrevistados, um dos associados investiu em um aviário totalmente automatizado, desde a distribuição da ração até o recolhimento dos ovos, que são dispostos em uma bancada para ser feita a colocação nas bandejas pelo produtor. O esterco é retirado por esteira, garantindo mais sanidade aos animais. O aviário tem capacidade para alojar 10000 aves, com as gaiolas dispostas verticalmente (figura 13). Observa-se que quando foi realizada a visita, as aves estavam a poucos dias alojadas e não estavam ainda produzindo ovos; o aviário estava em fase final de construção.

Figura 13 – Aviário de postura automatizado.



Foto Janete Utzig, 2014.

Durante a permanência das galinhas no aviário a cooperativa presta a assistência técnica necessária, realizando a entrega da ração. O sistema adotado é o mesmo da avicultura de corte, sendo o produtor rural o responsável pela construção dos aviários, para a realização das tarefas diárias no aviário a mão de obra é familiar e/ou contratada.

Os ovos produzidos nas granjas no município de Matelândia são recolhidos três vezes na semana, nas segundas, quartas e sextas feiras, por um caminhão da Cooperativa. São entregues todos os ovos produzidos, inclusive os ovos mal formados e quebrados. Os ovos

recolhidos pelo produtor são dispostos em cartelas empilhadas umas sobre as outras. As cartelas são posteriormente colocadas em caixas, prontas para o caminhão recolher. (figura 14).

Figura 14 – Produção de ovos.



Foto Janete Utzig, 2014.

c) Suinocultura

Em relação à suinocultura, a cooperativa entrega aos produtores os leitões com o peso médio entre 22 e 25 kg. Os animais ficam alojados na propriedade até atingirem o peso ideal para o abate em torno de 110 a 120 dias. A Cooperativa Lar possui duas Unidades Produtoras de Leitões (UPLs) para um total de 11 mil matrizes e uma Unidade Produtora de Sêmem. Essas unidades são responsáveis pela produção dos leitões que são entregues aos produtores associados.

Entre os produtores entrevistados os suínos atingem em torno de 120 quilos cada animal, (figura 15) em alguns casos até mais, lembrando que nas granjas os suínos machos e fêmeas são separados ficando em granjas diferentes. O produtor recebe a ração e assistência técnica e nesse sistema, a mão de obra também é de responsabilidade do produtor rural. Após

a retirada dos suínos é realizada a limpeza e a granja é desinfetada para receber um novo lote, conforme se observa na figura 16. Além disso, observa-se o sistema de distribuição de ração automatizado, mas em algumas granjas de suínos, o produtor distribui a ração manualmente.

Figura 15 – Instalações das granjas de suínos.



Foto Janete Utzig, 2014.

Figura 16 – Preparação da granja para receber o próximo lote.



Fonte: Foto Janete Utzig, 2014.

Após alguns lotes é necessário retirar o esterco dos aviários (frango de corte, ovos de postura). Para a retirada dos aviários de frango de corte muitos agricultores contratam

empresas especializadas, o esterco é retirado do aviário e colocado no local destinado pelo produtor. O esterco é utilizado como adubo orgânico pelos produtores em suas lavouras e pastagens, assim o produtor diminuiu a dependência dos adubos químicos, de acordo com os agricultores com o passar o tempo após várias colocações do esterco, é possível perceber a diferença na produção agrícola a cada safra, o mesmo acontece com as pastagens onde é realizada a colocação do esterco.

Quando os produtores não utilizam todo o esterco de suas granjas, em suas lavouras e pastagens o esterco é vendido, assim o produtor garante uma renda extra, e em alguns casos, cedem o esterco para os vizinhos. O esterco proveniente das granjas de suínos é armazenado em esterqueira e conforme a necessidade, a mesma é esvaziada, com o sistema de lâmina d'água. O esterco produzido pelos suínos é líquido e é conduzido por canos até o local de armazenagem, (figura 17).

Figura 17 – Local de armazenagem do esterco de suínos.



Foto Janete Utzig, 2014.

4.8 Associação a Cooperativa Agroindustrial Lar

O quadro social é muito importante para Cooperativa sendo assim, os agricultores foram questionados sobre o motivo de se tornarem sócios, há quanto tempo fazem parte e a satisfação e vantagens de ser membro da cooperativa.

Para ser associado à Cooperativa, o agricultor precisa preencher alguns requisitos de acordo com o responsável da Unidade da Lar em Matelândia. Quando o agricultor procura a cooperativa para se associar, lhe é solicitado uma documentação referente a dados pessoais seus e de sua esposa, além da Cópia da Matrícula da área ou um contrato de arrendamento de, no mínimo, três anos vigentes. Assim, o processo é analisado e encaminhado para apreciação e aprovação por parte da diretoria.

O quadro 2 demonstra o tempo que os agricultores entrevistados são associados a Lar.

Quadro 2 – Tempo de associação a Cooperativa Agroindustrial Lar.

Tempo de associação (em anos)	Número de sócios
De 1 à 10 anos	9*
De 10 à 20 anos	13
De 20 à 30 anos	8
De 30 à 40 anos	4
Total	34

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

* 1 sócio a mais do que o número dos entrevistados, pois o casal é associado.

Os motivos que levam os agricultores a se associar na Cooperativa são diversos, conforme o quadro 3. Os mesmos destacam a importância de trabalhar juntos e a união de todos os associados para obter participação nos lucros e ter um bom retorno no final do ano. Ademais, na visão da cooperativa, os agricultores optam pela associação por que a entidade é um balizador do mercado, trabalha de forma igualitária para todos, além de retornar o excedente proporcional a sua movimentação. Dessa maneira avalia a satisfação de seus associados, considerada muito positiva. Os dados da cooperativa mostram que na Unidade de Lar em Matelândia, a fidelidade dos associados é em torno de 80%, considerada um índice bom, levando em consideração a disputa que existe hoje no mercado, onde o valor financeiro é fator que pesa muito nas decisões a ser tomadas pelos agricultores.

Quadro 3 – Principais motivos para os agricultores se associar à Cooperativa.

—	Segurança, confiança, estabilidade, união, cooperação.
—	Armazenagem da produção agrícola, os preços para a venda e compra, descontos nos insumos, qualidade dos produtos, atendimento, facilidade de comercializar a produção e adquirir os insumos, acompanhamento técnico.
—	Pela influência da família e dos outros cooperados, retorno do final do ano, e demais benefícios aos associados.
—	Além disso, de acordo com os agricultores a cooperativa promove o crescimento e desenvolvimento dos agricultores no âmbito pessoal e no que tange as atividades desenvolvidas na propriedade, e também o crescimento do município através da geração de empregos aos cidadãos em suas unidades industriais.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

Os entrevistados no momento da realização dos encontros foram questionados sobre a existência de algum motivo para deixar a associação, responderam não ter intenção de abandoná-la. Porém, alguns pontos aparecem como possíveis motivos para isso, como a venda da propriedade; falta de assistência adequada; mudança para a cidade e aposentadoria. Do ponto de vista da Cooperativa, o êxodo rural, sucessão familiar, falecimento, aparecem como pontos para a baixa do número de associados. Através da área de desenvolvimento social da Cooperativa, são oferecidos cursos de capacitação aos associados e suas famílias, com o objetivo de uma seqüência familiar com sucesso, incentivando o agricultor/produtor a permanecer em sua propriedade.

A Cooperativa Lar promove reuniões com seus sócios, objetivando expor os assuntos pertinentes e de interesse dos mesmos. Nessas reuniões o agricultor associado também pode expor suas dúvidas e sugestões. Para a cooperativa, as reuniões são importantes bem como a participação dos associados, pois é nelas que surgem novas lideranças que irão representar os outros coligados, podendo compor os comitês administrativos.

No quadro 4 apresenta-se os principais motivos de participação nas reuniões levantados durante as entrevistas com os associados da Lar. Em muitas dessas assembléias há participação da família (filhos e esposa dos associados) e quando há disponibilidade, o mesmo acontece com os funcionários de alguns associados. De acordo com os entrevistados, a avaliação é muito boa em relação às reuniões, que são proveitosas, um momento de muito aprendizado, troca de experiências, e convívio social.

Alguns agricultores não participam das reuniões, tomam parte somente nas Assembléias Gerais, justificando alguns motivos para esta ausência entre eles, horários, (a distância entre a comunidade onde residem e o local das reuniões dificulta o deslocamento); falta de tempo; muitos afazeres na propriedade e por não gostar. Embora tenham afirmado faltarem às reuniões, consideram-nas importantes e necessárias.

Segundo a Cooperativa no município de Matelândia a participação dos associados em reuniões é em torno de 30% do quadro social, considerada válida por parte da diretoria.

Quadro 4 – Motivos da participação nas reuniões da Cooperativa.

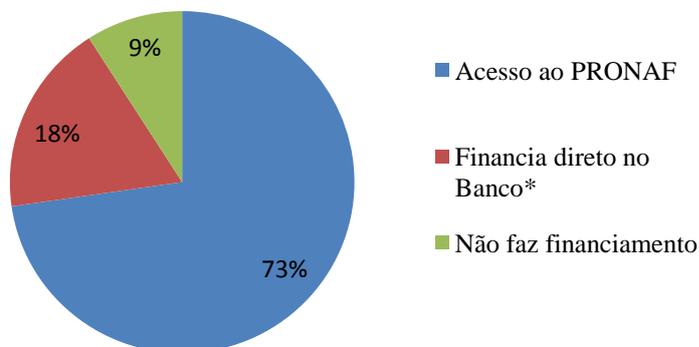
- Motivação para continuar as atividades agropecuárias;
- Informação (sobre os projetos da Cooperativa, e sobre a situação da Cooperativa);
- Transparência, assistência, orientação;
- Consideram a presença do associado importante para ter vez e voz na cooperativa;
- Exposição de sugestões e opiniões;
- Espaço de aprendizagem e atualização;
- Os assuntos são de interesse dos associados;
- Crescimento pessoal e crescimento da propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

A cooperativa presta a assistência técnica a todos os seus associados, permitindo acesso a muitos benefícios; auxilia inclusive aos agricultores não são associados, com a ressalva de que é necessário que os insumos sejam adquiridos na instituição.

Os agricultores/produtores entrevistados estão satisfeitos com a assistência técnica recebida pela cooperativa. Destes, 64% consideram a assistência boa, somam 33% aqueles que opinam ser muito boa, e apenas 3% avaliam regular. Apesar de alguns estarem pouco satisfeitos com o subsídio, os consultados observaram algumas considerações favoráveis, destacando a qualidade, eficiência, capacitação, disponibilidade, prestatividade e parceria.

O acesso ao crédito e aos financiamentos são pontos importantes para que o agricultor/produtor possa dar continuidade no desenvolvimento de suas atividades. Além da realização de investimentos na propriedade, e para poder ter e dar uma qualidade de vida melhor para toda a sua família. O produtor rural, inclusive o agricultor familiar, financia a lavoura, a construção de novas infra-estruturas na propriedade, além dos aviários, granjas e até implementos agrícolas, beneficiados pelos financiamentos.

Gráfico 5 – Acesso a financiamentos.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2014.

*Esse financiamento acontece no Banco Sicredi.

Segundo os agricultores, todos possuem crédito em bancos do município, pois estão em dia com suas dívidas. Conforme o gráfico 5, dentre os tipos de financiamento, o PRONAF é destacado com 73% de acesso a esse programa e também financiamentos através do programa de apoio a agricultura familiar. Além disso, 18% dos entrevistados realizam o financiamento direto no Banco, principalmente o Banco Sicredi, onde praticamente todos os associados da cooperativa possuem contas. Para acessar o PRONAF, os agricultores procuram o Banco do Brasil, onde, segundo eles, a burocracia é menor e recursos maiores são disponibilizados. Outros agricultores trabalham com a Cresol¹⁷. E por fim existe um grupo que não faz nenhum tipo de financiamento, utilizando o excedente das vendas dos produtos, representando 9%, em relação ao total.

Diante do exposto é possível inferir a existência de uma produção agropecuária dinâmica e diversificada entre os agricultores entrevistados. As propriedades são em sua maioria de até 40 hectares, organizadas em regime de trabalho familiar, e com capacidade de

¹⁷ Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que atua nos estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, São Paulo e Rio de Janeiro. O formato Institucional do Sistema Cresol compreende: cooperativas singulares, bases regionais de serviços e a cooperativa central. A Central Cresol Baser é uma cooperativa que reúne Bases Regionais de Serviços e Cooperativas Singulares. O quadro social é composto exclusivamente por agricultores familiares, que são responsáveis pela administração das cooperativas, essa administração na horizontal, permite o fortalecimento do controle social para que mesmo com seu crescimento, garantir que a gestão das cooperativas fique na mão dos agricultores. CRESOL, 2015. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br>>. Acesso em jan. 2015.

suprir as necessidades das famílias, relacionadas com a produção, geração de renda, além disso, garante a permanência desses agricultores no meio rural.

Além disso, a maioria dos agricultores associados entrevistados tem a disposição e acesso aos financiamentos, que permite investimentos nas propriedades, na produção, além da inserção de novas atividades nas propriedades, por exemplo, a implantação de granjas de suínos, aves de corte e postura, as quais permitem juntamente com a realização das atividades agrícolas e a pecuária leiteira o aumento da renda das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é caracterizada pela interação entre gestão e trabalho, onde os próprios agricultores dirigem e realizam todas as etapas do processo produtivo, define-se pela diversificação da produção e pela utilização do trabalho familiar. Está relacionada com a multifuncionalidade da agricultura, que além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece a ocupação da mão de obra evitando ou inibindo o êxodo rural. Além disso, a agricultura familiar é responsável por um percentual significativo da produção interna de alimentos em nível nacional, e ainda fornece matérias primas para a industrialização, absorve a demanda de produtos industriais e as inovações tecnológicas.

As atividades agropecuárias são desenvolvidas em Matelândia desde a chegada dos primeiros imigrantes ao município, sendo que no início eram voltadas para a subsistência das famílias e a venda acontecia com a produção excedente. Com o passar do tempo e com o aumento da população houve a necessidade de ampliar a produção de alimentos. Os agricultores se especializaram e começaram a produzir para o mercado consumidor. Através de estratégias para promover e manter desenvolvimento das atividades agropecuárias inclui-se a diversificação produtiva e a integração com as cooperativas agroindustriais. Os agricultores dessa maneira asseguram a sobrevivência da família, a continuidade das atividades agropecuárias e a sua permanência no campo.

Através dos levantamentos realizados a respeito da agricultura no município de Matelândia, no estado do Paraná pôde-se observar que a mesma é dinâmica e diversificada e os índices da produção agropecuária são relativamente expressivos. Os agricultores do município são responsáveis pela geração de renda para suas famílias e de postos de trabalho no meio rural. A integração das atividades agrícolas com as cooperativas agroindustriais é em grande medida responsável pela diversificação das atividades e pelo aumento da renda dos agricultores familiares do município.

Durante a realização das entrevistas com os agricultores familiares do município de Matelândia associados a Cooperativa Lar, foi observada a importância das atividades agrícolas exercida pelos agricultores, apesar de algumas dificuldades impostas, muitas vezes

pelas condições climáticas, pelas oscilações dos preços dos produtos no mercado e muitas vezes com resultados da safras não suficientes para garantir o sustento da família.

Diante disso, muitos agricultores optaram pela associação a Cooperativa Lar por acreditarem na cooperação e considerarem que o trabalho com a cooperativa apresenta garantia de comercialização da produção e uma geração de renda que muitas vezes independe dos fatores supracitados. Além disso, para eles a cooperativa possuiu uma estrutura forte, capaz de se sobrepôr as dificuldades impostas pelo mercado. Consideram que é melhor trabalhar com a cooperativa do que com uma empresa particular, pois nas palavras de um associado “as firmas particulares sumiam com o produto deixado para a venda”. Para os agricultores a cooperativa traz como um dos fatores mais importantes, a segurança no momento da venda dos produtos.

A Cooperativa, com o passar dos anos, diversificou suas atividades, não sendo somente responsável pela comercialização de grãos, mas também responsável pela agroindustrialização da produção agropecuária. Assim, muitos agricultores iniciaram as atividades de integração com a cooperativa, no ramo da suinocultura, avicultura de postura e corte, além da pecuária leiteira, que entre os entrevistados, praticamente todos realizam a atividade em suas propriedades.

De acordo com os agricultores, a cooperativa traz crescimento para região, atinge de forma direta a agricultura, além gerar emprego na cidade de Matelândia, com a instalação do abatedouro de frangos.

Os agricultores entrevistados mostram-se satisfeitos em relação à realização de suas atividades agropecuárias. Muitos investem em suas propriedades, adquirindo equipamentos agrícolas, investem na infraestrutura em suas propriedades, além de investir na qualidade de vida da família. Durante as visitas de campo, foi observado o cuidado que os agricultores possuem com a sua propriedade valorizando assim o seu trabalho. A renda obtida por meio das atividades realizadas por eles é considerada satisfatória levando em consideração as oscilações do mercado.

De acordo com a maioria dos entrevistados, o campo brasileiro encontra-se em uma situação complicada apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos. Mostram-se pessimistas, pois, acreditam que em um período próximo não haverá mais agricultores desenvolvendo suas

atividades. E questionam sobre “quem vai produzir para as pessoas se alimentarem?” Consideram que o poder público deveria destinar mais subsídios para o agricultor manter-se no campo, além de promover políticas de preço mínimo à produção.

Na visão dos agricultores, o fato de serem associados da cooperativa favorece em alguma medida a continuidade das atividades agropecuárias e a permanência no meio rural.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca>. Acesso em: set. 2012.

ANDERY, Maria Amália. et al. Introdução: olhar para a história: caminho para a compreensão da ciência hoje. In:____(Org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1988. p.10-15.

BAUER, M. et. al. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, M e GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-36.

BRASIL. **Lei 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: jun. 2011.

BRASIL. **Lei. 5.764**, de 16 de Dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: jan. 2014.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal Braga, v. 16, n.1, p. 12-20, 2003. Disponível em: < http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf>. Acesso em: jan.2014.

COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História & Contexto**. Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel, ASSOESTE, 1992. 436 p.

COLODEL, José Augusto. Cinco Séculos de História. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003. p. 29-75. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf> Acesso em: jul.2013.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR. **Relatório e Balanço 2011**. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br>>. Acesso em: jun. 2013.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Icone-Uncamp, 1985. 232 p.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: DENZIN, N. et. al. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Teorias e abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed., 2006, p. 15-41.

EYLES, J. Los métodos cualitativos em la geografía humana: bases teóricas y filosóficas y aplicaciones prácticas. In: BALLESTEROS, A. (Coord.) **Métodos y técnicas cualitativas em geografía social**. Barcelona: Oikos-tau. 1998. p. 33-44.

FIGUEIREDO, Lima. **Oéste Paranaense**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/156/Oeste-Paranaense>> Acesso em: jan. 2014.

FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <<http://www.frimesa.com.br>> Acesso em: jun. 2013.

FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL. Frimesa. Disponível em: <<http://www.frimesa.com.br>> Acesso em: jun. 2014.

GIANFALDONI, M. H.; MOROZ, M. **O Processo de Pesquisa: Iniciação**. 2ª Ed. Ampliada. Brasília: Líber, 2006, p. 15-70.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa - Tipos Fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, maio - jun, p.20-29, 1995. Disponível em: < <http://rae.fgv.br>>. Acesso em: jan. 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ILHA, P. C. S. A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: O caso do oeste do Paraná. In: **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**. Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <revistas.unipar.br> Acesso em: jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográfica**. Vol. 1 Rio de Janeiro. 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/.../Divis%C3%A3o%20regional_v01.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba: IPARDES, 2004. 32p. Disponível em:< <http://www.ipardes.gov.br>>Acesso em: out. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008. 86 p. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>Acesso em: out. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Matelândia – 2012**. IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>Acesso em: jan. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **IPARDES**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>Acesso em: fev. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **IPARDES**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>Acesso em: fev. 2014.

LAMARCHE, H.(coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. 440 p.

MARSCHALL, C. R. **Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná – um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, 2005. Disponível em: < http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/pdf>. Acesso em: jun.2013.

MATOS, P.; PESSÔA, V. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. e PESSÔA, V. **Geografia e pesquisa qualitativa**. Nas trilhas da investigação. Uberlândia: ED. Assis, 2009, p.279-291.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: UNESP, 2000. 170 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **MDA**. Disponível em:<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: dez. 2014.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO**. Disponível em:< <https://www.fao.org.br>>. Acesso em: dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **OCB**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **OCEPAR**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br>>. Acesso em: dez. 2013.

PESSÔA, V. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**. 1, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>>. Acesso em: jan. 2014.

PIERUCCINI, M. A. et.al. Criação dos Municípios e Processos Emancipatórios. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2008, v.1, p. 105-178. Disponível em:<http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

REVISTA DA LAR. Em construção. **Revista da Lar**. Edição 34. Ago/Set. Ano: 2012. Disponível em:<<http://www.lar.ind.br/v3/revista/index.php?edicao=34>>. Acesso em: nov. 2013.

SETTI, Eloy Olindo. **Uma história de Cooperação, Atitude e Amor – Lar 50 anos**. Medianeira – PR: Cooperativa Agroindustrial Lar, 2014. 273 p.

SILVA, J. F. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo/SP: HUCITEC, 1981. 210 p

SILVA, J. F. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas – UNICAMP – Instituto de Economia – IE – 1996. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/anuario/96/humanas/node328.html>>. Acesso em: jan.2014.

SILVEIRA, R. L. L. Complexo Agroindustrial, Redes e Território. In: Dias, L. C. (Org.); SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Redes, Sociedades e Territórios – 2ª Edição**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. V. 1. 260 p.

SUERTEGARAY, D. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**. v.4 , n7. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78>>. Acesso em: jan. 2014.

VENTURI, L. A. B. O papel da Técnica no processo de produção científica. In: VENTURI, L. A. B (org.). **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005, p. 13-18.

VENTURI, L. A. B. Técnicas de interlocução. In: VENTURI, L. A. B (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011, p. 449-468.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2ª Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, JOÃO CARLOS. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** 3ª Ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo RS: Universidade de Passo Fundo, 2001, p. 23-56.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D e NEVES, E. F. (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 1 – 21.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AZEVEDO, P. R.; COLOGNESE, S. A.; SHIKIDA, P. F. A. Agroindústrias no Oeste do PR: um panorama preliminar. IN: **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais**. V.2, n.1.2000 p.1-8. Disponível em:<<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/286>>. Acesso em: nov. 2012.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen De Lea. FORMAS DE (RE) PRODUÇÃO FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. ISSN 1981-9021 - **Geo. UERJ**. Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 120-140. Disponível em: <<http://www.geouerj.uerj.br/ojs>>. Acesso em: nov. 2012.

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no Oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola** (Online), v. 55, p. 15-29, 2008. Disponível em: <<ftp.sp.gov.br/ftpica/publicar/REA1-0708a2.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

CERON, A. O; GERARDI, L. H. O. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. **Campo - território**: revista de geografia agrária, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev., 2007. Disponível em:<www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: jan. 2014.

COOPERATIVA AGRICOLA CONSOLATA. **Relatório Anual do Conselho de Administração 2012**. Disponível em:<<http://www.copacol.com.br>>. Acesso em: jan. 2014.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL. **Relatório Anual 2012**. Disponível em:<<http://www.copagrill.com.br/web/relatorioanual/12/index.html#/29/zoomed>>. Acesso em: jan. 2014.

COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA VALE DO PIQUIRI. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <<http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2012/index.html>>. Acesso em: jan. 2014.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, p.15-52.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT**. Rio Grande: FURG, 2014. 59 p. (Informação e documentação; v. 1). ISBN 978-85-7566-309-7.

FARJARDO, Sérgio. **Cooperativas Agropecuárias no Complexo Agroindustrial**. Jundiaí, Paco Editorial. 2012.

GEORGE, P. **Dicionário Akal de Geografia**. Akal/Básica de Balsillo, 2004. p. 22-25; p. 128-131.

KAUTSKY, Karl. **La cuestion agraria: analisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la politica agraria de la socialdemocracia**. 3.ed. México : Siglo Veintiuno, 1980. 540 p.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Editora Argos, 2005. 338 p.

MÜLLER, G. **Agricultura e industrialização do campo**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.2, n.1. p.47-77, abr./jun. 1982.

PADIS, Pedro Cali. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. 1981.

PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003. 536 p. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf> Acesso em: jul. 2013.

PERIS, A. F.; BRAGA, Eliézio Goulart. Eixos de Desenvolvimento Intra-Regionais. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel - PR: Edunioeste, 2003, p. 315-356. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf> Acesso em: jul. 2013.

SILVA, J.B.; LIMA, L.C.; ELIAS, D. (Orgs). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume/ANPEGE, 2006. p. 191-239.

SILVA, M. J. **Normas técnicas para elaboração de monografias de conclusão de curso**. Juiz de Fora. 2005, Disponível em:<http://www.ufjf.br/geografia/files/2009/05/manual_para_monografia_de_conclusao_de_curso1.pdf>. Acesso em fev. 2014.

SMALL, J. e WITHERICK, M. **Dicionário de Geografia**. Tradução: J. Pinto Ferreira. Revisão científica de Ana Maria Novais. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1992. p.14-15.

TEDESCO, JOÃO CARLOS (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª Ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2001. 405 p.

SITES CONSULTADOS

<http://www.agropar.coop.br>

<http://www.coopesp.org.br>.

<http://www.copacol.com.br>.

<http://www.copagril.com.br>.

<http://www.copagril.com.br>

<http://www.cotriguacu.com.br>

<http://www.cvale.com.br>

<http://www.fao.org.br>

<http://www.frimesa.com.br>

<http://www.lar.ind.br>

<http://www.mda.gov.br>

<http://www.ocb.org.br>

<http://www.ocepar.org.br>

<http://www.paranacooperativo.coop.br>

<http://www.primato.com.br>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro para a realização da entrevista com os agricultores familiares associados a Cooperativa Lar.

- Qual a descendência e procedência de sua família em que ano chegaram ao município?
- Têm filhos? Quantos?
- Qual o grau de escolaridade dos membros da família?
- O senhor é proprietário, e de que forma adquiriu a propriedade.
- Existe contratação de mão-de-obra? Permanente e/ou temporária?
- Qual a área da propriedade. E como a mesma está dividida em relação as atividades exercidas pela família?
- Quais as atividades realizadas na propriedade, quais são os produtos (agrícola, pecuária)?
- Qual/quais produtos são destinados a cooperativa?
- Qual principal produto é o gerador de renda para a família?
- Há quanto tempo o senhor é associado da cooperativa?
- Por que optou pela associação à cooperativa?
- Qual a sua avaliação em relação à assistência técnica oferecida pela cooperativa
- Como acontece o acesso ao crédito e financiamentos?
- Quais os motivos que o levariam a deixar a associação da cooperativa?

APÊNDICE 2 - Roteiro para a entrevista com os responsáveis da Cooperativa Agroindustrial Lar.

- Como acontece o processo de associação/ integração, quais as exigências ao agricultor?
- Na visão da cooperativa quais os principais motivos que levam o agricultor optar pela associação a cooperativa.
- Como acontece a assistência técnica aos cooperados, e a mesma acontece aos não cooperados.
- Qual a avaliação por parte da cooperativa em relação à satisfação dos cooperados? E quanto à participação dos mesmos nos assuntos que dizem respeito à cooperativa e a cooperados.
- Quais os principais motivos de baixa no número de associados?
- A cooperativa proporciona incentivos para que o agricultor não abandone a cooperativa.
- Em relação à centralização das atividades de industrialização de carnes e leite, em uma única cooperativa como a cooperativa avalia essa integração com as demais cooperativas da Mesorregião Oeste Paranaense.

Apêndice 3 - Roteiro para a entrevista com os responsáveis da Frimesa Cooperativa Central.

- Como aconteceu o processo de centralização das atividades agroindustriais (carnes e leite) em uma única cooperativa?
- Como a cooperativa avalia essa integração com as demais cooperativas que são filiadas a Frimesa?